

MAPEAMENTO DAS

# RÁDIOS COMUNITÁRIAS

DO TOCANTINS



VALMIR TEIXEIRA DE ARAÚJO  
LIANA VIDIGAL ROCHA

MAPEAMENTO DAS

# RÁDIOS COMUNITÁRIAS

DO TOCANTINS



VALMIR TEIXEIRA DE ARAÚJO  
LIANA VIDIGAL ROCHA

VALMIR TEIXEIRA DE ARAÚJO

LIANA VIDIGAL ROCHA

MAPEAMENTO DAS

**RÁDIOS**

**COMUNITÁRIAS**

DO TOCANTINS

VOLUME ÚNICO

VALMIR TEIXEIRA DE ARAÚJO

LIANA VIDIGAL ROCHA

MAPEAMENTO DAS

**RÁDIOS**

**COMUNITÁRIAS**

DO TOCANTINS

1ª Edição

Volume Único

Palmas, Tocantins

2026

# Universidade Federal do Tocantins

## Editora da Universidade Federal do Tocantins - EDUFT

### Reitora

Maria Santana Ferreira dos Santos  
Milhomem

### Vice-reitor

Marcelo Leineker Costa

### Pró-Reitor de Administração e Finanças (PROAD)

Carlos Alberto Moreira de Araújo Junior

### Pró-Reitor de Avaliação e Planejamento (PROAP)

Eduardo Andrea Lemus Erasmo

### Pró-Reitor de Assuntos Estudantis (PROEST)

Kherlley Caxias Batista Barbosa

### Pró-Reitor de Extensão (PROEX)

Bruno Barreto Amorim Campos

### Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PROGEDEP)

Michelle Matilde Semiguem  
Lima Trombini Duarte

### Pró-Reitora de Graduação (PROGRAD)

Valdirene Gomes dos Santos de Jesus

### Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ)

Marcos Vinicius Giongo Alves.

### Pró-Reitora de Tecnologia e Comunicação (PROTIC)

Olívia Tozzi Bittencourt

### Conselho Editorial

#### Presidente

Ruhena Kelber Abrão Ferreira

#### Membros do Conselho por Área

##### *Ciências Biológicas e da Saúde*

Ruhena Kelber Abrão Ferreira

##### *Ciências Humanas, Letras e Artes*

Fernando José Ludwig

##### *Ciências Sociais Aplicadas*

Ingrid Pereira de Assis

##### *Interdisciplinar*

Wilson Rogério dos Santos

---

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



<http://www.abecbrasil.org.br>



<http://www.abeu.org.br>

---

# Ficha técnica

## Organizadores

Valmir Teixeira de Araújo

Liana Vidigal Rocha

## Diagramação, capa e projeto gráfico

José Uendel Souza da Costa

## Prefácio

Ingrid Gomes Bassi

DOI: 10.20873//\_eduft\_2026\_23

# Ficha catalográfica

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Araújo, Valmir Teixeira de  
Mapeamento das rádios comunitárias do Tocantins  
[livro eletrônico] / Valmir Teixeira de Araújo, Liana  
Vidigal Rocha. -- Palmas, TO : Editora Universitária  
- EdUFT, 2026.  
PDF

ISBN 978-65-5390-243-5

1. Educação 2. Jornalismo 3. Mapeamento digital  
4. Rádio 5. Rádio comunitária - Aspectos sociais -  
Tocantins (TO) I. Rocha, Liana Vidigal. II. Título.

26-364744.0

CDD-302.234

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Rádio : Meios de comunicação : Sociologia 302.234

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

# Apresentação

Antes de chegar aos grandes centros, às plataformas digitais e aos fluxos acelerados da informação global, a comunicação, em muitos territórios, ainda pulsa em ondas sonoras que atravessam distâncias, conectam vozes e constroem pertencimentos. No Tocantins, esse pulsar tem nome, sotaque e endereço: ele se manifesta nas rádios, em especial nas comunitárias, que, cotidianamente, tecem laços entre pessoas, lugares, histórias e territórios aos quais nenhum outro meio de comunicação local chega.

Este livro nasce de estudos que se debruçaram a compreender mais sobre esse território vivo e sonoro, que são as rádios comunitárias. Mais do que um levantamento técnico ou um exercício acadêmico, a obra é resultado de um olhar atento às práticas comunicacionais que emergem no cotidiano de comunidades frequentemente afastadas dos grandes circuitos midiáticos, apontando suas limitações e descrevendo suas particularidades e sua importância local. Ao transformar a pesquisa em livro, amplia-se não apenas o formato, mas também a possibilidade de circulação de um conhecimento que é, por essência, coletivo, situado e socialmente comprometido.

As rádios tocantinenses cumprem um papel essencial na conectividade e na integração social, especialmente em localidades com acesso limitado à internet e a outros meios de comunicação de massa. Elas desempenham funções informativas, culturais e de entretenimento, difundindo conteúdos regionais, programas musicais e expressões da diversidade cultural em um estado marcado por pluralidades. Ao observar os canais de comunicação de massa, percebe-se que o rádio se destaca no Tocantins por sua acessibilidade, sobretudo para populações em áreas remotas.

Com seus 139 municípios, o Tocantins apresenta, em grande parte, pequenas localidades com população reduzida, o que historicamente dificultou a presença de veículos de comunicação mais complexos, como jornais impressos ou emissoras de televisão. Em algumas localidades, a internet possibilitou a criação de sites de notícias, mas são as rádios, em especial as comunitárias, que assumiram um papel fundamental na disseminação de informações, cultura e entretenimento local, tornando-se, em muitos territórios, o principal elo comunicacional das comunidades.

Apesar de sua relevância, os estudos sobre rádios comunitárias no Brasil historicamente se concentraram nas regiões Centro-Sul, o que torna ainda mais importante voltar o olhar para o Tocantins e para o Norte do país. Este livro, portanto, busca contribuir para o preenchimento dessa lacuna ao apresentar o mapeamento das rádios comunitárias tocantinenses, realizado no ano de 2025, no âmbito de pesquisa de pós-doutorado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal do Tocantins (PPGCOM/UFT).

A realização da pesquisa que subsidiou as informações deste livro contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Tocantins (FAPT), em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio de bolsa na modalidade PDJ (Programa de Apoio à Fixação de Jovens Doutores no Brasil), aos quais se registra agradecimento pelo incentivo à pesquisa e à produção do conhecimento.

Assim, este livro tem por intuito apresentar o mapeamento das rádios comunitárias tocantinenses e refletir sobre sua presença no cenário comunicacional do Estado, a partir de dados como a distribuição territorial, suas características e seu papel social. Parte-se da compreensão de que essas emissoras ocupam uma posição estratégica, sobretudo em regiões com menor infraestrutura midiática, contribuindo para a circulação de informações, a valorização cultural e o fortalecimento dos vínculos comunitários.

Por outro lado, o estudo também permitiu identificar algumas limitações dessas emissoras enquanto rádios comunitárias, à luz de características discutidas na literatura acadêmica por autores como Cicilia M. Krohling Peruzzo (1998), Orlando Maurício de Carvalho Berti (2014) e Rozinaldo Antonio Miani (2017). Em parte da amostra analisada, o caráter público não estatal e não comercial não se apresentou de forma evidente. Outro ponto foi a participação ativa da comunidade, compreendida não apenas como audiência, mas também como produtora e gestora de conteúdos, que se mostrou pouco perceptível.

Esses aspectos não invalidam a relevância das rádios comunitárias no contexto tocantinense, mas apontam limites importantes que podem impactar suas potencialidades, especialmente no que se refere ao fortalecimento social e à atuação junto a grupos locais por meio de práticas comunicacionais efetivamente comunitárias e comprometidas com a emancipação. Todavia, as rádios comunitárias no Tocantins consolidam-se como instrumentos fundamentais para a preservação da cultura local, o fortalecimento das identidades regionais e a promoção de uma sociedade mais participativa.

É nesse contexto que este livro se estrutura. A partir de um mapeamento que identificou 43 rádios comunitárias distribuídas nas diferentes regiões do Estado, sendo a maioria dessas emissoras o único meio de comunicação existente em seus municípios, também são apresentados o debate conceitual sobre rádios comunitárias no Brasil, o panorama geográfico e midiático do Tocantins e, por fim, os resultados que evidenciam a relevância dessas emissoras em distintos territórios e contextos sociais.

O *Capítulo 1 – Comunicação Comunitária, Popular e Alternativa* apresenta as bases teóricas que sustentam o estudo, com uma discussão de conceitos fundamentais do campo da comunicação voltada à participação social. A partir de autores de referência, o capítulo aborda a comunicação como prática dialógica, educativa e emancipatória, destacando seu papel na construção da cidadania e na ampliação das vozes historicamente marginalizadas.

No *Capítulo 2 – Rádios Comunitárias no Brasil*, o livro aprofunda a discussão sobre esse tipo específico de mídia, situando historicamente seu surgimento e desenvolvimento no país. São exploradas suas características, seus princípios de funcionamento e seus desafios, evidenciando as tensões entre a proposta comunitária e as condições concretas de operação dessas emissoras no contexto brasileiro.

O *Capítulo 3 – Contexto Geográfico e Midiático do Tocantins* dedica-se à compreensão do território em que essas rádios comunitárias estão inseridas. O capítulo apresenta as características geográficas, demográficas, econômicas e comunicacionais das diferentes regiões do Estado, analisando a distribuição dos meios de comunicação e destacando as especificidades regionais que influenciam diretamente a atuação das rádios comunitárias.

Já no *Capítulo 4 – Rádios Comunitárias do Tocantins*, apresenta-se o mapeamento dessas rádios, com uma discussão sobre os territórios. Também é apresentado um estudo mais específico a partir da programação e de outras informações de algumas rádios, selecionadas com base em uma amostra representativa do conjunto de emissoras analisadas. Esses dados vêm acompanhados de análises e considerações à luz de conceitos e características dos territórios já apresentados nos capítulos anteriores.

Por fim, o *Capítulo 5 – Discussões e Perspectivas para as Rádios Comunitárias* propõe uma reflexão a partir dos dados analisados. O capítulo discute os limites, desafios e potencialidades dessas emissoras, apontando caminhos possíveis para seu fortalecimento enquanto práticas de comunicação comunitária comprometidas com a participação social e a democratização da informação.

Mais do que um ponto de chegada, este livro se propõe como um convite a ouvir com mais atenção às vozes que ecoam fora dos grandes centros e a reconhecer, nas rádios comunitárias, não apenas um meio de comunicação, mas uma prática social de aproximação entre as pessoas e seus territórios.

# Prefácio

**Ingrid Bassi (Unifesspa)**

A obra *Mapeamento das rádios comunitárias de Tocantins*, de Valmir Teixeira de Araújo e Liana Vidigal Rocha, materializa a memória do tema nos estudos das rádios comunitárias. Com uma leitura fluente e cercada de dados contextuais — sejam demográficos, geográficos, comunicacionais ou socioeconômicos —, os autores enriquecem o trabalho ao apresentar o tema de forma afetiva a partir do local que ocupam e onde vinculam suas pesquisas científicas.

É importante destacar também a atuação do Grupo de Pesquisa em Jornalismo e Multimídia (Nepjor/UFT) na elaboração da pesquisa para a apresentação desta obra. São anos de muitos estudos e dedicação de discentes e servidores do curso de Jornalismo para a reunião desses dados, os quais norteiam uma rota de pesquisa iniciada bem antes da confecção do livro. Trata-se de um trabalho de múltiplas equipes que, ano após ano, projeto após projeto, dedicaram-se ao tema e à sua transversalidade com o contexto social do estado. Parabéns às equipes!

Pesquisar a atuação das rádios comunitárias do Tocantins é um tema mais que necessário. Pela obra, é possível mapear essas necessidades de divulgação científica. Entendemos Gurupi, Paraíso do Tocantins, a Região do Pico do Papagaio, Araguaína, Palmas e demais localidades por meio da pesquisa demográfica e socioeconômica realizada para o mapeamento. Essas rádios comunitárias são estratégicas e podem ser ainda mais definidoras dos pilares organizacionais dos municípios, a depender dos próximos passos do processo histórico.

O mapeamento das rádios comunitárias do Tocantins proporciona também conhecer a história deste estado e de seus municípios, compreendendo que os interiores são plurais e marcados pela desigualdade social — fatores que são carros-chefes para

denúncias, informações de ordem pública e prestação de serviços das rádios comunitárias. Delimitar quem são e estudar suas singularidades de operacionalização permite, além de colocá-las no mapa, compreender suas formas de existir e coexistir.

A estrutura da obra, na escolha dos capítulos e de suas subdivisões, possibilita observar o papel das rádios comunitárias nos variados perfis municipais do Tocantins: com maior ou menor demografia, rendimento econômico e desenvolvimento social; com a atuação de outros veículos de comunicação ou sendo a rádio comunitária o único veículo da localidade; e outras singularidades étnicas, como a rádio em um quilombo. São alteridades inclusas no mapeamento.

Os autores da obra são pesquisadores com forte pertencimento ao local e à história da comunicação na região. Escrevem cuidadosamente, preocupam-se com os dados, com a memória e com a contextualização histórica. A academia ganha com o livro e também com o perfil de pesquisadores revelado neste texto. Gratidão!

Para o atual momento, a situação espaço-temporal da pesquisa é muito pertinente. Traz, junto às rádios comunitárias, os interiores (grandes e pequenos) e suas dificuldades socioeconômicas e ambientais. Permite saber da predominância da agropecuária como economia local, do dilema da diminuição demográfica em algumas regiões e de outros problemas de saúde pública. Tal contextualização fica ainda mais materializada quando a obra traz os dois últimos capítulos, a partir do estudo de caso de três rádios comunitárias e suas discussões.

A predominância do entretenimento, sobretudo a música, na programação das emissoras, ainda é uma realidade das comunitárias. A dificuldade de as associações se viabilizarem economicamente, a escassez de jornalistas e colaboradores para a produção de programas informativos e investigativos, além dos desafios na

prestação de contas e serviços públicos, ainda são os maiores entraves para o exercício da radiodifusão comunitária.

Na obra, há esperança: esperança nos fatos apresentados sobre a participação popular no intercâmbio com as rádios, seja para o entretenimento, seja para a prestação de contas e o gerenciamento de informações públicas. A obra é um convite para saber das rádios comunitárias do Tocantins e também para conhecer o estado e seus interiores. Ela lembra o valor do comunitário, do pertencer, do querer em comum, do estar em comum e também das interseccionalidades entre comunicação, local, agir e ser.

Há sentimento em uma rádio comunitária: no locutor, na trilha sonora, na maneira de informar, no *feedback* com a comunidade, na pauta local. E esse sentimento inspira os autores dessa obra, assim como nos inspira também.

Boa leitura!

# Sumário

Apresentação	7
Prefácio	11
Capítulo 1	
Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa	15
Capítulo 2	
Rádios Comunitárias no Brasil	26
Capítulo 3	
Contexto Geográfico e Midiático do Tocantins	37
Região Imediata de Palmas	40
Região Imediata de Araguaína	44
Região Imediata de Gurupi	47
Região Imediata de Porto Nacional	50
Região Imediata de Paraíso do Tocantins	53
Região Imediata de Miracema do Tocantins	57
Região Imediata de Dianópolis	60
Região Imediata de Colinas do Tocantins	62
Região Imediata de Guaraí	64
Regiões Imediatas de Araguatins e Tocantinópolis - Bico do Papagaio	67
Capítulo 4	
Rádios Comunitárias do Tocantins	69
Distribuição Regional das Rádios Comunitárias	73
Grandes regiões geográficas do Tocantins	76
Concentração em Municípios Pequenos	77
Rádios comunitárias em territórios quilombolas	78
Estudo de caso comparativo	80
Reflexões sobre os resultados	83
Capítulo 5	
Discussões e Perspectivas para as Rádios Comunitárias	86
Referências	98
Agradecimento	100
Sobre os organizadores	101

# Capítulo I

## Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa

A Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa emerge, antes de tudo, como uma resposta concreta às desigualdades que atravessam a sociedade brasileira. Em contextos marcados por diferenças no acesso à informação, à tecnologia e à própria possibilidade de expressão, comunicar deixa de ser apenas transmitir mensagens e passa a significar criar pontes, abrir espaços e disputar narrativas. Trata-se de uma comunicação que nasce do cotidiano, das experiências vividas e das necessidades reais das comunidades, especialmente daquelas historicamente silenciadas.

Mais do que informar, esse campo comunicacional se propõe a transformar. A comunicação popular, comunitária e alternativa carrega consigo o compromisso com o desenvolvimento social, com a promoção da participação ativa e com o fortalecimento de sujeitos coletivos. Ela não se limita à difusão de conteúdos, mas se constrói como prática de educação, de formação cidadã e de emancipação. Ao possibilitar que diferentes grupos sociais não apenas recebam, mas também produzam e compartilhem informações, cria-se um ambiente em que a comunicação se torna ferramenta de autonomia, consciência crítica e organização social.

Nesse sentido, esses meios se diferenciam profundamente dos veículos tradicionais, geralmente orientados por lógicas de mercado, concentração de propriedade e pela informação tratada como mercadoria. Enquanto a mídia hegemônica tende a centralizar vozes e interesses, a comunicação comunitária se propõe a se ancorar na diversidade, na horizontalidade e no vínculo com os territórios. Trata-se, portanto, de pensar a comunicação a partir de bases mais próximas das realidades locais, mais abertas ao diálogo e mais comprometidas com a construção de uma sociedade em que

comunicar seja também um ato de participação, pertencimento e transformação social.

Segundo Peruzzo (2009), a Comunicação Popular no Brasil ganhou força no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, em um contexto de abertura política após o período mais repressivo do regime militar. Esse momento foi marcado pelo surgimento de iniciativas comunicacionais de caráter dialógico, horizontal, educativo e participativo, vinculadas às lutas sociais e à busca pela redemocratização. Nesse processo, a comunicação popular passou a se diferenciar da mídia tradicional tanto em seus conteúdos quanto em suas formas de atuação, sendo impulsionada por movimentos sociais que reivindicavam maior participação política e ampliação da cidadania.

Nesse sentido, destaca-se o papel histórico da comunicação popular, comunitária e alternativa no desenvolvimento dos movimentos sociais no Brasil:

A comunicação popular, alternativa e comunitária traçou caminhos paralelos à grande mídia, provavelmente porque seu patamar de atuação, pelo menos em um primeiro momento, não alcançava os sistemas de transmissão massivos então preponderantes. Seu ponto forte era a comunicação dirigida, efetivada por meio das relações presenciais, do jornalzinho, do panfleto, do cartaz, do megafone, do alto-falante de baixo alcance e, posteriormente, do videocassete. Numa segunda fase, sua atuação foi tímida, ainda, porque a comunicação comunitária costuma ser vista como algo menor e sem importância no contexto das comunicações. Além disso, não dependia de regulamentação, já que seu caráter alternativo estava justamente na criação de meios de expressão próprios e independentes. Como os estudos das políticas nacionais de comunicação privilegiam questões de regulamentação e regulação do setor, bem como as relações de poder e a estrutura do mercado, configurando-se como outro motivo para o menosprezo à comunicação comunitária (Peruzzo, 2009, p. 40).

A citação evidencia que a comunicação popular se desenvolveu à margem dos grandes sistemas midiáticos, criando suas próprias formas de expressão e circulação de informação. Mesmo enfrentando limitações estruturais e certo deslegitimamento no campo das comunicações, essas iniciativas foram fundamentais para a articulação social e política de diversos grupos. Assim, compreende-se que sua força reside justamente na proximidade com as comunidades, na valorização das relações diretas e na construção de espaços autônomos de comunicação, elementos que ajudam a explicar sua permanência e relevância no cenário contemporâneo.

As iniciativas de comunicação popular na segunda metade do século XX ganharam forma por meio de jornais comunitários, rádios livres e experiências alternativas que operavam à margem do grande sistema midiático e também sob as restrições impostas pela censura da ditadura militar. Ainda que limitadas em termos de alcance técnico e recursos, essas iniciativas se destacavam por sua forte vinculação com as lutas sociais e com os movimentos de base, construindo espaços próprios de expressão, circulação de ideias e articulação política. Tratava-se de uma comunicação profundamente enraizada nas realidades locais e comprometida com a denúncia, a mobilização e a construção de novos sentidos sociais.

Nesse contexto, é possível identificar diversas experiências que materializam essas características desse viés de comunicação. Entre elas, destaca-se o *Jornegro*, criado em 1978, em um momento que antecede a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU), ainda sob o regime ditatorial (Araújo, 2021). Esse periódico se constituiu como um importante instrumento de articulação do movimento negro, ao propor uma leitura crítica da sociedade brasileira a partir da perspectiva da população negra. Mais do que um veículo informativo, o *Jornegro* atuava como espaço de produção de consciência política, abordando temas como racismo, desigualdade social, economia e política, sempre a partir de uma perspectiva contra-hegemônica.

Um exemplo significativo dessa atuação pode ser observado na edição de julho de 1978, na qual o jornal aborda a Copa do Mundo realizada na Argentina. Enquanto o discurso oficial celebrava a seleção brasileira como símbolo de integração racial e orgulho nacional, o *Jornegro* tensionava essa narrativa ao discutir o racismo como um fenômeno estrutural da sociedade brasileira (Araújo, 2021). Ao mesmo tempo, o periódico divulgava ações dos movimentos negros e incentivava a revisão crítica da história da negritude, evidenciando como esses meios alternativos funcionavam como espaços de resistência e de produção de novas leituras sobre a realidade social. Dessa forma, experiências como o *Jornegro* ilustram como a comunicação popular alternativa se consolidou como ferramenta fundamental de enfrentamento às desigualdades e de fortalecimento das lutas por reconhecimento e cidadania.

Também é possível estabelecer uma aproximação direta entre o conceito de comunicação popular e a pedagogia crítica de Paulo Freire, cuja influência é central para o desenvolvimento desse campo no Brasil, conforme proposto por Peruzzo (2025). A perspectiva freireana, embora amplamente reconhecida no âmbito da educação, oferece fundamentos consistentes para pensar a comunicação como prática social transformadora. Em ambos os casos, o ponto de partida está no diálogo, na escuta e na valorização dos saberes construídos nas experiências cotidianas dos sujeitos.

Nessa direção, a comunicação se afasta de modelos verticalizados de transmissão de informação e se aproxima de uma lógica dialógica, em que todos os envolvidos são, ao mesmo tempo, produtores e receptores de sentidos. Assim como na proposta de educação libertadora de Freire, a comunicação deixa de ser um ato unilateral para se tornar um processo coletivo de construção do conhecimento, no qual diferentes vozes têm espaço para se expressar e interagir em condições mais horizontais.

Dessa forma, a influência da pedagogia freireana contribui para compreender a comunicação popular não apenas como um meio de

difusão de conteúdos, mas como uma prática educativa e emancipatória. Ao promover o diálogo, a consciência crítica e a participação ativa, essa perspectiva reforça o papel da comunicação como instrumento de fortalecimento da cidadania e de transformação social, especialmente em contextos marcados por desigualdades.

A comunicação comunitária é caracterizada por seu caráter participativo, horizontal e voltado à atuação popular, isto é, é um tipo de comunicação que se desenvolve no interior de práticas coletivas organizadas por diferentes atores sociais que buscam promover processos de mobilização social (Peruzzo, 2025). Nesse sentido, pode ser compreendida como uma prática comunicacional construída de maneira democrática por grupos socialmente subalternizados em comunidades, bairros ou até mesmo em ambientes digitais, estruturada a partir de seus próprios interesses, necessidades e possibilidades de atuação.

É importante ressaltar que a comunicação comunitária apresenta simultaneamente virtudes e distorções. Conforme Peruzzo (2005), as distorções costumam estar relacionadas às limitações financeiras e à presença de interesses comerciais, religiosos ou políticos que podem interferir nas práticas comunicacionais. Por outro lado, suas virtudes aparecem principalmente em seu potencial de mobilização social e de formação cidadã, já que muitas dessas iniciativas se orientam pela prestação de serviços comunitários e pela busca de melhorias na qualidade de vida de determinados segmentos da população.

Nesse contexto, o vínculo entre comunicação comunitária e educação torna-se especialmente relevante. Assim, o exercício do direito à comunicação comunitária está profundamente associado a processos educativos que ocorrem fora das estruturas formais da escola. Trata-se de aprendizagens que emergem tanto das práticas cotidianas da comunicação, que, por sua vez, são caracterizadas como processos de educação informal, quanto de atividades organizadas por instituições, como oficinas e treinamentos, que configuram

experiências de educação não formal no interior das lutas sociais e fortalecem processos de educomunicação (Peruzzo, 2025).

Dessa forma, pode-se compreender uma relação direta entre a comunicação comunitária e o fortalecimento da cidadania, sendo esta última entendida a partir de quatro dimensões centrais: os indivíduos, a sociedade, os direitos humanos e a própria comunicação. Nesse contexto, à medida que as pessoas passam a tomar consciência de seus direitos e a reivindicá-los, também se ampliam as formas de organização coletiva, sobretudo por meio de movimentos sociais que buscam defender interesses e demandas de diferentes segmentos da sociedade. Assim, a comunicação comunitária passa a desempenhar um papel estratégico, ao favorecer a circulação de ideias, a articulação política e a maior visibilidade dessas reivindicações. Desse modo, o avanço da cidadania está relacionado não apenas ao reconhecimento do direito à comunicação, mas também à capacidade de organização e mobilização dos sujeitos sociais.

Paulo Freire, cuja teoria pedagógica influenciou de forma decisiva a Comunicação Popular, defendia que o diálogo é o centro de qualquer processo de ensino-aprendizagem. Essa visão também pode ser aplicada ao campo da comunicação, especialmente à comunicação comunitária. Para Freire (2019), o diálogo é uma relação horizontal entre seres humanos, que pressupõe igualdade entre as partes envolvidas, sejam elas educadores e educandos, ou comunicadores e comunicantes. A comunicação efetiva, segundo esse modelo, deve ser participativa e dialógica, permitindo a construção coletiva de conhecimento e empoderando os indivíduos a partir de suas próprias experiências e contextos.

O autor enfatiza que a comunicação está profundamente vinculada ao caráter dialógico da palavra. Para o autor, a palavra não deve ser compreendida apenas como um instrumento de transmissão de mensagens, mas como um elemento constitutivo das relações humanas. Nesse sentido, Freire afirma que “a palavra, mais que instrumento, é origem da comunicação – a palavra é essencialmente

diálogo” (Freire, 2019, p. 14). A partir dessa compreensão, o diálogo entre sujeitos possibilita a construção de um mundo compartilhado, no qual diferentes consciências se encontram e produzem sentidos coletivamente. Assim, ao expressarem suas visões e experiências, os indivíduos também participam da elaboração da realidade social, fazendo com que a comunicação se configure como um processo de colaboração e construção conjunta do mundo.

Paulo Freire acreditava que a educação e a comunicação deveriam ser instrumentos para a libertação e a transformação social. A comunicação popular, ao se alinhar com esses princípios, busca transformar as condições de opressão por meio da democratização do acesso à informação e da promoção do diálogo entre os atores sociais. Esse modelo é essencialmente oposto à comunicação massiva tradicional, que tende a ser unilateral e centrada no emissor, sem a devida atenção à formação cidadã.

Ao refletir sobre a comunicação popular a partir de sua dimensão cidadã, torna-se fundamental compreender como ela se articula com o processo histórico de conquista e ampliação dos direitos. Nesse sentido, é possível pensar a comunicação como parte constitutiva das diferentes gerações de direitos, uma vez que ela não apenas acompanha essas transformações, mas também atua diretamente em sua construção e efetivação.

Conforme aponta Vieira (2000, p. 22-23), é possível compreender três gerações de direitos: os direitos civis, associados à liberdade individual e consolidados a partir do século XVIII; os direitos políticos, desenvolvidos no século XIX e voltados à participação na vida pública; e os direitos sociais, ampliados no século XX, relacionados às garantias de bem-estar, educação, saúde e trabalho, além do reconhecimento de dimensões coletivas da vida social.

No que se refere à primeira geração, os direitos civis e políticos estão diretamente vinculados às noções de liberdade, participação e justiça. Como destaca Marshall (1963), esses direitos envolvem desde

garantias individuais até a possibilidade de participação nos processos decisórios da sociedade. Nesse contexto, a comunicação assume papel central, uma vez que o acesso à informação, a liberdade de expressão e a possibilidade de circulação de ideias são condições fundamentais para o exercício pleno da cidadania. Assim, pensar a comunicação popular é também pensar na ampliação desses direitos, sobretudo para grupos que historicamente tiveram acesso limitado aos meios de expressão.

O elemento civil é composto dos elementos necessários à liberdade individual, liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça. Este último difere dos outros — porque é o direito de defender e afirmar todos os direitos em termos de igualdade com os outros e pelo devido encaminhamento processual. Isto nos mostra que as instituições mais intimamente associadas com os direitos civis são os tribunais de justiça (Marshall, 1963, p. 63).

Já no âmbito da segunda geração, os direitos sociais ampliam a compreensão de cidadania ao incorporar dimensões relacionadas ao bem-estar coletivo e às condições materiais de existência. Segundo Marshall (1963), esses direitos dizem respeito à garantia de condições mínimas para que os indivíduos possam viver com dignidade e participar plenamente da vida em sociedade. Nesse cenário, a comunicação também se insere como elemento estruturante, na medida em que contribui para a circulação de informações sobre direitos, políticas públicas e serviços, além de possibilitar a organização social e a reivindicação por melhores condições de vida.

O elemento social se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevaleçam na sociedade. As instituições mais intimamente ligadas com ele são o sistema educacional e os serviços sociais (Marshall, 1963, p. 63).

Nesse percurso, a comunicação popular se fortalece como prática fundamental para a mobilização social e para a ampliação dos direitos, o que evidencia que a cidadania não se limita às garantias formais de liberdade ou participação política, mas envolve também condições concretas de existência que permitam aos indivíduos viver com dignidade e integrar-se plenamente à vida social. É justamente nesse ponto que a comunicação popular se fortalece como prática fundamental para a mobilização social e para a ampliação dos direitos, ao atuar como mediadora entre sujeitos, informações e políticas públicas. Por meio dela, comunidades podem acessar conhecimentos, compartilhar demandas, organizar reivindicações e construir coletivamente estratégias para efetivar direitos sociais ainda não plenamente garantidos.

Ao avançar para a terceira geração de direitos, o debate sobre cidadania passa a incorporar, de forma mais evidente, a dimensão coletiva da vida social. Conforme aponta Vieira (2000), esses direitos emergem justamente da necessidade de reconhecer que nem todos os sujeitos partem das mesmas condições e que a garantia da cidadania exige ações que considerem as especificidades e demandas coletivas. Nesse contexto, a comunicação popular assume um papel ainda mais estratégico, pois possibilita que esses grupos se expressem, se organizem e tornem visíveis suas pautas, fortalecendo processos de mobilização e reconhecimento social.

É nesse cenário que o direito à comunicação se evidencia como um elemento transversal às diferentes gerações de direitos, articulando dimensões individuais e coletivas. Como destaca Peruzzo:

En nuestra interpretación, el derecho a comunicar se entrecruza con todas las dimensiones y generaciones de los derechos de ciudadanía. Sin embargo, es más visible tan solo en los de primera generación. En ella, remite, desde el punto de vista de Marshall (1967), Bobbio (1992) y Vieira (2000), a la dimensión civil (libertad de acceso a la información, libertad de opinión, de expresión, de creencias, etc.) y política de la ciudadanía (voto,

participación) [...] Pero también puede identificarse en los de segunda generación, porque se incluyen la dimensión social, económica y cultural (derecho al trabajo, a la salud, acceso a bienes como los del patrimonio histórico y cultural) (Vieira, 2000). Estos derechos tienden a ser más reconocidos con relación a la educación, la vivienda, etc.; pero no en el ámbito comunicacional, lo que genera invisibilidad del derecho a la comunicación [...] Los derechos a la comunicación se pueden percibir, con un poco de esfuerzo, como inmersos en los de tercera generación (derecho a la autodeterminación de los pueblos, derecho a la paz, al medio ambiente, etc.), en los que el titular ya no es el individuo, sino grupos humanos, la colectividad (Peruzzo, 2016, p. 25).

A partir dessa compreensão, torna-se possível compreender que a comunicação popular não apenas dialoga com os direitos de terceira geração, mas se constitui como uma de suas expressões mais concretas. Ao favorecer a construção de espaços coletivos de diálogo, participação e visibilidade, ela contribui diretamente para o fortalecimento da cidadania em sua dimensão coletiva, reafirmando a comunicação como um direito fundamental para a emancipação social.

Assim, a comunicação popular, ao criar espaços de fala e participação, contribui para que comunidades não apenas acessem informações, mas também produzam sentidos sobre suas próprias realidades, ampliando sua capacidade de intervenção social.

Como destaca Peruzzo (2016), o acesso à comunicação e à informação é condição essencial para a participação ativa na esfera pública. “O direito à comunicação, em geral, é dirigido a partir do ângulo dos direitos individuais à informação e à liberdade de expressão [tradução nossa]” (2016, p. 12). No entanto, reduzir o direito à comunicação apenas à liberdade individual de expressão limita seu alcance, uma vez que desconsidera seu papel coletivo e estruturante na sociedade. A comunicação, nesse sentido, deve ser compreendida como um direito que atravessa todas as gerações de cidadania,

estando presente tanto nas dimensões civis e políticas quanto nas sociais, econômicas e culturais.

En nuestra interpretación, el derecho a comunicar se entrecruza con todas las dimensiones y generaciones de los derechos de ciudadanía. Sin embargo, es más visible tan solo en los de primera generación [...] Pero también puede identificarse en los de segunda generación [...] Los derechos a la comunicación se pueden percibir, con un poco de esfuerzo, como inmersos en los de tercera generación [...] en los que el titular ya no es el individuo, sino grupos humanos, la colectividad (Peruzzo, 2016, p. 25).

Dessa forma, a comunicação popular pode ser compreendida como uma prática que atravessa e articula as diferentes gerações de direitos, contribuindo para sua efetivação e ampliação. Ao possibilitar a expressão, a organização e a mobilização dos sujeitos sociais, ela se configura como um instrumento estratégico na construção da cidadania e na promoção da emancipação, especialmente em contextos marcados por desigualdades. Nesse sentido, comunicar não é apenas informar, mas também participar, reivindicar e transformar.

A Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa se diferencia dos meios de comunicação tradicionais por uma série de características que reforçam seu papel de resistência e transformação social. Esses meios estão frequentemente vinculados a movimentos sociais e coletivos populares, sendo utilizados como ferramentas para lutar por mais cidadania e direitos. Assim, sua função não é apenas informar, mas buscar uma compreensão social que expresse os interesses e as necessidades das comunidades envolvidas. Além disso, cultivam um senso de proximidade e pertencimento.

Esses meios são essencialmente colaborativos, pertencendo a organizações coletivas e promovendo a participação ativa dos membros da comunidade. Assim, a comunicação popular não apenas difunde informações, mas contribui diretamente para que os sujeitos se reconheçam como portadores de direitos e se engajem na luta por sua

concretização, reforçando seu papel na construção de uma cidadania ativa e emancipatória.

# Capítulo 2

## Rádios Comunitárias no Brasil

Dentro do contexto de discussão sobre Comunicação Popular e Comunitária, as rádios comunitárias desempenham um papel fundamental. Diversos autores têm trabalhado na perspectiva de que as rádios comunitárias são um exemplo claro de meios de comunicação que se destacam por seu pequeno porte e por estarem profundamente inseridas nos contextos locais, em diferentes localidades do Brasil, com destaque para o interior, por vezes pouco atrativo às rádios comerciais ou a outros tipos de comunicação.

De acordo com Peruzzo (1998), as rádios comunitárias inovaram muito no que diz respeito ao conteúdo, com participação efetiva da comunidade, e também no processo de gestão, que tende a ser mais coletivo e participativo do que nos modelos tradicionais de radiodifusão. A autora lembra que a Constituição Brasileira de 1988 estabelece bases importantes para a democratização da comunicação no país. O Artigo 220 garante que “a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição”, e o Artigo 5º assegura que “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independente de censura ou licença”.

Esses princípios constitucionais criaram um fundamento jurídico para a regulamentação das rádios comunitárias, em 1998, que na prática já existiam enquanto meios de comunicação comunitários, ao reconhecer a comunicação como um direito relacionado à liberdade de expressão e à circulação de informações.

Como lembra Peruzzo (1998, p. 3), as então denominadas ‘rádios livres’ começaram a aparecer nos anos setenta, numa época em plena Ditadura Militar, em um período de repressão e concentração dos meios de comunicação de massa nas mãos de poucos, por meio de concessão de canais por decisão unilateral do Poder Executivo Federal. Assim, as primeiras experiências de rádios livres e comunitárias surgem

como formas alternativas de comunicação e também como formas de resistência política e de democratização do acesso à informação. Uma das primeiras experiências registradas foi a Rádio Paranóica, criada em Vitória (ES), em 1970, considerada por diversos autores, dentre esses Peruzzo (1998), como uma das pioneiras das rádios livres no país. A emissora foi criada por dois jovens e funcionava de forma experimental e clandestina. Posteriormente, surgiram outras experiências semelhantes, como a Rádio Spectro, em Sorocaba (SP), em 1976.

As rádios comunitárias no Brasil possuem uma história marcada por diferentes influências, com raízes que remontam ao final do século XX. Segundo Malerba (2017), essas emissoras começaram a se desenvolver em três vertentes principais: eclesial, livre [citada acima] e comunitária. A vertente eclesial teve origem nas iniciativas progressistas da Igreja Católica no Brasil, que utilizava o rádio como ferramenta de educação e mobilização social desde os anos 1950. Esse movimento foi especialmente forte no Nordeste, onde as dioceses criaram redes de escolas radiofônicas, promovendo educação e conscientização política entre os trabalhadores rurais. “O Movimento de Educação de Base (MEB), fundado em 1961, exemplifica essa vertente, que teve grande impacto na formação política e social das comunidades” (Malerba, 2017, p. 10).

A segunda vertente, conhecida como rádios livres, surgiu em um contexto de resistência ao controle do Estado sobre os meios de comunicação, especialmente durante a ditadura militar (1964-1985). Essas emissoras, operadas de forma clandestina por grupos jovens e universitários, representavam uma forma de desobediência civil e luta pela democratização da comunicação. Como aponta Malerba (2017, p.12), “as rádios livres, mesmo em meio à repressão, se multiplicaram nos anos 1980, muitas vezes influenciadas pelos movimentos europeus de rádios alternativas, e desempenharam um papel importante na organização política da juventude e na crítica ao monopólio midiático”.

Por fim, a vertente comunitária, que se consolidou no Brasil a partir dos anos 1990, tem como foco a democratização da comunicação local, oferecendo um espaço para a participação ativa das comunidades. Essas rádios, segundo Malerba (2017, p. 13), “têm como

base um lócus territorial específico, geralmente operando em pequenas cidades ou zonas rurais, e são geridas por associações comunitárias, com o objetivo de promover a cidadania e o desenvolvimento social". Essa vertente se expandiu com a criação da Lei 9.612/98, que regulamentou a radiodifusão comunitária no Brasil, mas também enfrentou desafios devido à forte influência de interesses políticos e comerciais.

A principal norma que regulamenta a radiodifusão comunitária no Brasil é a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária. Essa lei define as rádios comunitárias como emissoras de baixa potência, com cobertura restrita a uma determinada comunidade e sem fins lucrativos, devendo ser administradas por associações comunitárias ou fundações sem fins econômicos. O objetivo principal dessas emissoras, segundo a legislação, é promover a integração da comunidade, estimular a cultura local, prestar serviços de utilidade pública e contribuir para a formação cidadã dos moradores da localidade atendida.

Ao observar especificamente a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que regulamenta a radiodifusão comunitária no país, é possível destacar algumas considerações. De acordo com essa lei, as rádios comunitárias são definidas como emissoras de baixa potência (máximo de 25 watts) e de alcance restrito, com o objetivo de promover a integração da comunidade, divulgar informações locais e fomentar a participação cidadã.

Essas emissoras não podem ter fins lucrativos e são administradas por associações comunitárias ou fundações sem fins econômicos. Além disso, as rádios comunitárias devem veicular conteúdo voltado para a educação, cultura e cidadania, sendo proibida a veiculação de propaganda comercial tradicional, com exceção do apoio cultural, que deve seguir regras estritas.

A legislação também estabelece algumas limitações importantes para o funcionamento dessas emissoras. Entre elas, destacam-se a potência máxima reduzida, a proibição de formação de redes de rádio comunitária, a vedação de propaganda comercial tradicional e a obrigatoriedade de participação da comunidade na programação e na

gestão da emissora. No entanto, na prática, nem sempre as rádios comunitárias funcionam conforme esses princípios previstos na legislação e na própria concepção teórica da comunicação comunitária.

A concessão de outorgas para rádios comunitárias é realizada pelo Ministério das Comunicações, mediante aprovação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Para obter a licença, as entidades proponentes precisam seguir um processo de seleção, em que se analisa a adequação do projeto às exigências legais e o cumprimento de requisitos técnicos. A legislação também prevê uma série de limitações, como a proibição de transmissão em redes ou a reprodução de conteúdo de emissoras comerciais. Além disso, a lei estipula que as rádios comunitárias devem garantir a participação da comunidade na programação, de modo a assegurar que reflitam os interesses e necessidades locais, reforçando seu caráter democrático e inclusivo.

Em alguns casos, observa-se a presença de interesses políticos, religiosos ou comerciais influenciando a programação e a gestão das emissoras, além de situações em que a participação comunitária é limitada ou concentrada em pequenos grupos. Por isso, é importante revisitar a bibliografia acadêmica sobre o tema, especialmente trabalhos mais recentes, como os da própria Peruzzo (2025), ou de outros pesquisadores igualmente comprometidos com a discussão da comunicação popular e das rádios comunitárias em diferentes realidades brasileiras. É o caso do trabalho de Orlando Maurício de Carvalho Berti (2017), que analisa as rádios comunitárias do Sertão do Piauí, e também de Rozinaldo Antonio Miani (2017), que discute o papel das rádios comunitárias no contexto sociopolítico do Paraná.

Esses estudos demonstram que as rádios comunitárias no Brasil apresentam realidades diversas, com experiências que vão desde iniciativas fortemente participativas e voltadas ao desenvolvimento local até casos em que há apropriações políticas, religiosas ou pessoais desses meios, o que evidencia a necessidade de compreender as rádios comunitárias não apenas a partir da legislação ou da teoria,

mas também a partir de suas práticas concretas nos diferentes contextos regionais do país.

A partir de uma perspectiva conceitual sobre o que se entende por comunidade, Berti (2017) destaca que a comunidade deve ser compreendida como uma dimensão social inserida na sociedade mais ampla, funcionando como uma espécie de recorte micro das relações sociais. Para o autor (2017, p. 5): “A comunidade é um lugar de conagração coletivo e está contida na sociedade. Essa contenção não significa que as comunidades são lugares inferiores ou menos importantes, mas sim um conjunto de partes sociais”.

Nesse sentido, a sociedade é composta por múltiplas comunidades, e cada comunidade, por sua vez, é formada por diferentes grupos sociais, que nem sempre possuem objetivos coletivos solidários, mas muitas vezes interesses específicos e pontuais. Essa compreensão é importante para os estudos sobre rádios comunitárias, pois permite entender que a comunidade não é um espaço homogêneo, harmônico ou sem conflitos, mas um espaço social complexo, com disputas, interesses e diferentes grupos tentando ocupar os espaços de comunicação.

Berti (2017) ainda destaca o papel do rádio como instrumento de transformação social. O autor argumenta que o rádio não deve ser compreendido apenas como um meio técnico de transmissão de informações, mas como um espaço de formação social, participação e construção coletiva de sentidos. “O rádio é muito mais que isso. Sua capacidade emancipadora, formadora e revolucionária precisa ser levada em conta” (Berti, 2017, p. 13).

Essa compreensão aproxima, sobretudo, a rádio comunitária das perspectivas da comunicação popular e participativa, nas quais o processo comunicacional não se limita à transmissão de conteúdos, mas envolve a formação de sujeitos, a construção de cidadania e o fortalecimento das comunidades locais.

Já Miani (2017) destaca que as rádios comunitárias têm desempenhado um papel estratégico de grande relevância nos processos de desenvolvimento e fortalecimento sociopolítico das comunidades e das organizações sociais em nível local. Para o autor,

essas emissoras contribuem diretamente para a organização comunitária, para a mobilização social e para a ampliação da participação política em nível municipal e regional.

No caso específico do estado do Paraná, Miani (2017) destaca o cenário de expansão das rádios comunitárias e a ampliação dos espaços de participação social, bem como a contribuição para a construção do poder popular em nível local. O autor aponta ainda que, no período de realização de sua pesquisa, cerca de 73% dos municípios paranaenses contavam com ao menos uma rádio comunitária, o que demonstra a forte presença desse meio de comunicação no território estadual e reforça sua importância como instrumento de comunicação local, organização social e participação política em nível municipal.

Miani (2017) também chama atenção para as contradições existentes no funcionamento de parte das rádios comunitárias no Brasil. Embora a legislação e a própria concepção teórica da comunicação comunitária indiquem que essas emissoras devem ser coletivas, participativas, sem fins lucrativos e desvinculadas de interesses partidários ou religiosos, a realidade de muitas emissoras é diferente. O autor observa que diversas rádios comunitárias acabam se afastando desses princípios, seja por dificuldades financeiras, seja por disputas políticas locais ou por apropriação por grupos específicos, o que compromete seu caráter comunitário e participativo.

“Algumas dessas emissoras sequer contam com a participação da comunidade e outras acabam funcionando nos mesmos moldes que as emissoras comerciais”, destacou Miani (2017, p. 67), acrescentando que, em muitos casos, apresentam “uma programação que não atende aos interesses da população local, ou, ainda, visando à obtenção de lucros para os seus gestores”. Essa constatação demonstra que nem todas as rádios comunitárias conseguem manter, na prática, os princípios de participação, coletividade e interesse público que orientam a radiodifusão comunitária.

Essa realidade ocorre em diferentes estados brasileiros, o que demonstra que os desafios das rádios comunitárias são de caráter nacional. Segundo Miani (2017), é fundamental que organizações comunitárias, pesquisadores e movimentos sociais acompanhem e

fortaleçam essas emissoras, de modo a evitar práticas que descaracterizem seu caráter comunitário. Como afirma o autor, “é uma realidade geral que atinge todos os estados brasileiros e que exige de todos aqueles que atuam politicamente junto às rádios comunitárias o desafio de fiscalizar e impedir essas ‘fraudes’” (Miani, 2017, p. 76). Nesse sentido, o fortalecimento das rádios comunitárias passa não apenas pela legislação, mas também pela organização social e pela participação efetiva das comunidades em sua gestão e programação.

Já Peruzzo (2024) apresenta uma discussão atual sobre as matrizes epistemológicas para pensar a Comunicação Popular e Comunitária, destacando diferentes tendências e formas de organização desses meios. Entre essas perspectivas, a autora menciona os meios de comunicação popular no vetor comunal raiz, que correspondem às experiências de comunicação comunitária fortemente vinculadas a um território ou a uma comunidade específica. Nesse grupo, Peruzzo inclui especialmente as rádios comunitárias, que se caracterizam por sua inserção local, por sua relação direta com a comunidade e por sua atuação voltada ao interesse público e coletivo. Essas iniciativas de comunicação comunitária estão geralmente associadas a um território geográfico específico, como bairros, pequenas cidades ou zonas rurais, mas também podem estar vinculadas a territórios identitários, organizados em torno de grupos étnicos, culturais, religiosos ou de gênero. Como afirma a autora:

A expertise desses dois segmentos está em prestar serviços de informação, entretenimento, mobilização e conscientização, com inclinação ao trabalho de educação informal para a cidadania, conforme a área de atuação. Portanto, essa comunicação mantém laços estreitos com algum tipo de comunidade ou lugar, apesar de poder ocorrer certo esgarçamento na conexão participativa e representativa, em geral por falta de canais diretos de representação e para participação popular ativa nas instâncias decisórias e demais mecanismos de partilha da disseminação de conteúdos (Peruzzo, 2024, p. 132).

Para a autora (2024), essas experiências de comunicação comunitária possuem como principal característica a prestação de serviços de informação, entretenimento, mobilização social e conscientização, muitas vezes associadas a processos de educação informal voltados para a cidadania. Assim, as rádios comunitárias mantêm uma relação direta com as comunidades onde estão inseridas, contribuindo para o fortalecimento da identidade local, para a circulação de informações de interesse público e para a mobilização social.

Por outro lado, Peruzzo (2025) também alerta que, em alguns casos, pode ocorrer um distanciamento entre a emissora e a participação efetiva da comunidade, especialmente quando faltam mecanismos de participação popular nas decisões e na produção de conteúdo, o que demonstra que o caráter comunitário dessas iniciativas depende diretamente do nível de participação e envolvimento da comunidade em sua gestão e programação.

Para se pensar em rádios comunitárias, seja do ponto de vista legislativo ou conceitual, a participação da sociedade nos diferentes processos da produção é primordial e, após algumas décadas desde o início das concessões públicas para rádios comunitárias, é importante pensar no fortalecimento dos mecanismos que possibilitem que as rádios comunitárias cumpram plenamente seu papel social.

Assim, Peruzzo (2024) defende que um dos grandes desafios da comunicação comunitária no Brasil é equilibrar a promoção de um espírito comunitário com o respeito às diferenças individuais. A comunicação popular, para ser efetiva, deve fomentar a coletividade e o senso de pertencimento, superando o individualismo que muitas vezes predomina na sociedade. Para tanto, é essencial que esses meios se mantenham fiéis aos princípios que orientam sua criação: a luta pela cidadania, pela igualdade e pela democratização da informação.

Entre os meios populares e comunitários, o desafio é, ao respeitar as diferenças, desenvolver o espírito comunitário, o nós — o nosotros, o uor —, o sentido do comum, do comunal, em superação ao individualismo e ao anticivismo (Peruzzo, 2024, p. 163).

Ainda conforme Peruzzo (2024, p. 40), “a comunicação popular ajuda na emancipação dos oprimidos ao participar de todo um processo de educação para a cidadania por meio da educação não formal e educação informal”. Assim, a comunicação popular contribui diretamente para a formação de cidadãos mais conscientes e engajados.

Diante dessa compreensão, é essencial destacar as rádios comunitárias como uma forma de comunicação que cumpre essa função de emancipação junto a grupos marginalizados. As rádios comunitárias se caracterizam por serem geridas pela própria comunidade, sem fins lucrativos, e focadas na promoção da cidadania e da democratização da informação. As rádios comunitárias, enquanto expressão verdadeira de comunicação popular e comunitária, são essenciais para a prática cotidiana desse modelo de comunicar.

Segundo Peruzzo (2024, p. 131), as rádios comunitárias têm como base “um lócus territorial específico”, característica que evidencia sua forte relação com as comunidades em que estão inseridas. Nesse sentido, apesar das limitações, essas emissoras são iniciativas que prestam serviços relevantes de informação, entretenimento e mobilização social, atuando também como instrumentos de educação informal voltados para o fortalecimento da cidadania.

Portanto, as rádios comunitárias são exemplos importantes de Comunicação Comunitária e Popular, justamente porque visam atender às necessidades de comunicação de suas comunidades locais, oferecendo uma plataforma para a expressão cultural, a informação e, principalmente, para a emancipação de populações marginalizadas. Além disso, exercem um papel educativo significativo, ao promover debates críticos e o fortalecimento de laços comunitários, contribuindo para a construção de uma cidadania ativa e informada.

O papel das rádios comunitárias na democratização da comunicação vai além da mera transmissão de informações. Elas se configuram como espaços de resistência e transformação social, em que a população pode participar ativamente dos processos comunicativos e se reconhecer como agente de sua própria história e identidade. Em um contexto de exclusão midiática e marginalização, as

rádios comunitárias representam um importante passo na luta por uma comunicação mais democrática e inclusiva.

Por fim, é possível afirmar que as rádios comunitárias, como uma de suas expressões mais visíveis, são fundamentais para promover o diálogo, o desenvolvimento local e a participação ativa dos cidadãos. Ao se alinharem com as práticas dialógicas e libertadoras propostas por Paulo Freire, esses meios de comunicação contribuem não apenas para a disseminação de informação, mas para a construção de uma sociedade mais inclusiva e participativa. Como nos lembra Peruzzo (2024), o desafio é manter o foco no “nós”, no coletivo, superando o individualismo e promovendo o desenvolvimento social a partir das próprias bases da comunidade.

# Capítulo 3

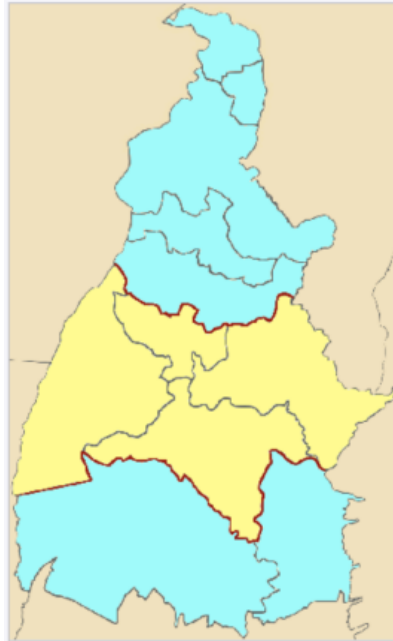
## Contexto Geográfico e Midiático do Tocantins

O Estado do Tocantins, localizado na região Norte do Brasil, destaca-se por seu vasto território e por sua diversidade cultural e geográfica. Criado pela Constituição de 1988, a partir do desmembramento do norte do estado de Goiás, o Tocantins é o estado mais novo do Brasil, com uma área de aproximadamente 277.620 km<sup>2</sup> (10º maior) e uma população de 1.511.460 habitantes (24º), conforme os dados do último Censo Demográfico (IBGE, 2024). Sendo um estado de grande extensão territorial, mas com uma população relativamente pequena, o Tocantins apresenta uma densidade demográfica de apenas 5,45 habitantes por quilômetro quadrado, enquanto a média nacional é de 23,86 habitantes por quilômetro quadrado.

O território tocantinense é dividido em 139 municípios, dos quais apenas dois (Palmas e Araguaína) têm mais de 100 mil habitantes, e 28 têm mais de 10 mil pessoas. Isso significa que 111 municípios (80% do total) possuem populações muito pequenas, caracterizando o estado por uma baixa densidade demográfica regional. O relevo é dominado por planaltos e chapadas e é cortado por grandes rios, como o Araguaia e o Tocantins, que formam importantes bacias hidrográficas fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico das diversas regiões.

O IBGE divide o Tocantins em três regiões intermediárias e 11 regiões imediatas, de acordo com a estrutura econômica e a organização urbana do estado. Essas regiões intermediárias são Gurupi (Região Sul), Palmas (Região Central) e Araguaína (Região Norte), que, apesar de ocuparem áreas geográficas semelhantes, apresentam grandes desigualdades em quantidade de municípios, população e importância econômica. Cada uma dessas regiões intermediárias é subdividida em regiões imediatas.

Figura 01: Regiões Intermediárias do Tocantins.



Fonte: IBGE.

A Região Intermediária de Gurupi (Sul) é a menor em área, população e número de municípios, com aproximadamente 262 mil habitantes distribuídos em 32 cidades. Gurupi é o principal polo regional, com 89 mil habitantes e o 4º maior Produto Interno Bruto (PIB) do estado, representando cerca de 5% do PIB tocantinense. A região intermediária de Gurupi inclui as regiões imediatas de Gurupi e Dianópolis, com 185 mil e 77 mil habitantes, respectivamente (IBGE, 2022).

Já a Região Intermediária de Palmas (Centro) conta com 42 municípios e 606 mil habitantes (ligeiramente menos populosa que Araguaína). Essa região se destaca economicamente, pois abriga a capital, que possui o maior PIB do estado (20%), além de municípios importantes como Porto Nacional (7%) e Paraíso do Tocantins (3%), que têm respectivamente a 3º e a 5º maior economia do Tocantins. Essa região é subdividida em quatro regiões imediatas: Palmas (333 mil habitantes), Paraíso do Tocantins (121 mil), Porto Nacional (110 mil) e Miracema do Tocantins (45 mil).

Por fim, a Região Intermediária de Araguaína (Norte) é a mais populosa, com cerca de 669 mil habitantes e 65 municípios. Araguaína é o destaque populacional e econômico, com 171 mil habitantes e 10% do PIB estadual (2º maior economia do Tocantins). A região inclui cinco regiões imediatas: Araguaína (301 mil habitantes), Araguatins (133 mil), Guaraí (85 mil), Colinas do Tocantins (67 mil) e Tocantinópolis (51 mil).

O contexto geográfico do Tocantins reflete as particularidades e os desafios de um estado extenso, com contrastes entre as regiões mais e menos povoadas. Esse cenário apresenta grandes desafios para diversas áreas, incluindo a comunicação, que se concentra principalmente na capital e nas duas maiores cidades: Araguaína e Gurupi. Uma exceção são as rádios, que ainda desempenham um papel importante em áreas menos povoadas, especialmente as rádios comunitárias, que atendem a necessidades específicas dessas localidades de infraestrutura limitada.

O estudo que subsidiou este livro se dedicou a compreender o cenário midiático do Tocantins, com especial atenção às rádios comunitárias e à sua relação com o desenvolvimento regional. Ao longo da pesquisa, foram levantados dados e produzidas pequenas análises sobre as 11 regiões intermediárias do Estado: Gurupi, Dianópolis, Porto Nacional, Paraíso do Tocantins, Palmas, Miracema, Guaraí, Colinas, Araguaína, Tocantinópolis e Araguatins. Esse levantamento apresenta um mapeamento detalhado dos veículos de comunicação presentes em cada localidade.

O levantamento contemplou rádios comunitárias, rádios comerciais, emissoras de TV, jornais impressos, portais de notícias on-line e assessorias públicas de imprensa. A análise também dialogou com dados demográficos dos Censos de 2010 e 2022, permitindo observar o crescimento ou a redução populacional dos municípios e como essas mudanças se relacionam com a presença da mídia local. No total, o estudo abrangeu os 139 municípios tocantinenses, oferecendo uma visão ampla de como a comunicação se organiza em um território marcado por desigualdades regionais. Mais do que um inventário de veículos, a pesquisa buscou entender de que forma a presença, ou a ausência, de meios de comunicação impacta o

desenvolvimento socioeconômico e a construção da identidade cultural das comunidades.

### **Região Imediata de Palmas**

A Região Imediata de Palmas é uma das 11 subdivisões estabelecidas pelo IBGE no Tocantins. Essa região revela, ao mesmo tempo, o acelerado crescimento populacional e as persistentes desigualdades sociais do estado. Ao analisar dados demográficos, econômicos, de qualidade de vida e de presença midiática, percebe-se um cenário de concentração em contraste com o restante dos 139 municípios tocaninenses.

A capital, Palmas tem atraído pessoas e investimentos em ritmo constante, o que se reflete também no campo da comunicação. O crescimento urbano vem acompanhado de uma centralização dos meios de comunicação, já que a maioria dos jornais, rádios, TVs e portais de notícias do Tocantins está sediada na cidade.

Com uma população total de 333.542 habitantes (IBGE, 2022), a Região Imediata de Palmas apresenta grande desequilíbrio: cerca de 90% das pessoas (302.692) vivem na capital, enquanto os outros oito municípios concentram menos de 10% da população. Desde 2010, Palmas teve um crescimento populacional de 32,5%, sendo a segunda capital brasileira com maior aumento percentual, atrás apenas de Boa Vista (RR). Esse avanço se deve, em grande parte, à migração de pessoas de outras regiões do estado e também do país, atraídas por oportunidades de trabalho, acesso a serviços e universidades. Ainda assim, Palmas permanece como a menor capital do Brasil em número de habitantes.

Figura 02: Região Intermediária De Palmas.



Fonte: IBGE.

Alguns municípios vizinhos também registraram crescimento, impulsionados sobretudo pelo turismo no Jalapão. É o caso de Mateiros e São Félix do Tocantins (24%), Lajeado (21%) e Aparecida do Rio Negro (15%). Por outro lado, outras cidades encolheram, como Rio Sono (-23%), Lizarda (-19%) e Lagoa do Tocantins (-0,26%), evidenciando que o desenvolvimento não alcança toda a região de forma igualitária.

Dessa forma, embora Palmas concentre crescimento populacional, investimentos e a maior parte dos meios de comunicação do Tocantins, o cenário revela um desequilíbrio regional que impacta tanto o desenvolvimento urbano quanto a representatividade midiática. A centralização reforça desigualdades ao deixar grande parte do território estadual sem visibilidade e cobertura jornalística adequada, o que exige políticas públicas e estratégias de comunicação que promovam maior equilíbrio entre capital e interior.

Palmas abriga cerca de 20% da população do Tocantins e responde pelo mesmo percentual do Produto Interno Bruto (PIB) estadual – R\$ 10,3 bilhões de um total de R\$ 51,7 bilhões. A economia local é movida, principalmente, pelo setor de serviços (57%), que engloba comércio, shopping centers, bancos, universidades e o turismo. Em seguida, vem a administração pública (28%), que concentra os principais órgãos estaduais e federais. Já a indústria (12%) e a agropecuária (3%) têm menor peso, mas ainda são relevantes.

A capital é também o principal ponto de entrada para o Jalapão, sendo o Aeroporto de Palmas, que opera voos comerciais, o mais próximo da importante região turística. Em 2023, o Parque Estadual do Jalapão recebeu 53.966 visitantes (Tocantins, 2024), muitos dos quais passaram por Palmas antes de seguir viagem.

No que diz respeito à qualidade de vida, Palmas se destaca com o maior Índice de Progresso Social (IPS) do Tocantins e de toda a Região Norte, com 68,18 pontos – à frente de cidades como Manaus e Belém. Está em 7º lugar entre as capitais e ocupa a 61ª posição entre os 5.570 municípios do país. A cidade alcança bons resultados em necessidades básicas (76,84 pontos) – com acesso à água, energia, saúde e educação – e em bem-estar (70,7), que inclui segurança, meio ambiente e qualidade de vida. No entanto, o índice de oportunidades é o mais baixo (57,01), indicando que muitas pessoas ainda enfrentam barreiras para conseguir empregos de qualidade ou empreender.

Nesse contexto de crescimento econômico, urbano e institucional, Palmas consolida-se não apenas como centro político e administrativo, mas também como polo de produção e circulação de informações no estado. A estrutura concentrada de serviços, universidades e turismo fortalece o papel estratégico da capital no cenário comunicacional tocantinense.

De acordo com o Mapa da Mídia do Tocantins, produzido pelo Grupo de Pesquisa em Jornalismo e Multimídia - Nepjor/UFT (Bitar, Rocha, Silva, 2025), em 2024, apontou que, dos 208 veículos de comunicação mapeados no estado (TVs, rádios, jornais impressos e sites jornalísticos), 85 encontram-se no município de Palmas, o que representa 40,86%. Esse percentual de concentração é superior ao registrado no mapeamento anterior, realizado pelo Nepjor/UFT em 2020, quando foram identificados 178 veículos de comunicação, sendo 65 sediados em Palmas, o equivalente a 36,5%.

Um dos principais vetores desse aumento na concentração da mídia tocantinense foram os sites jornalísticos. No total do estado, o número passou de 85 para 89; já na capital, o salto foi de 49 para 63, representando um crescimento proporcional de 57% para 70,7%. Isso

indica que alguns veículos foram encerrados no interior, ao passo que um número ainda maior foi criado em Palmas.

Em relação aos jornais impressos ativos, não houve alteração entre 2020 e 2024. Permanecem em circulação apenas quatro títulos: Primeira Página, Folha Capital, Jornal Daqui e Centro-Norte Notícias. Dos quatro veículos, os três primeiros continuam sediados em Palmas, o que representa uma concentração de 75%, enquanto o último está localizado no município de Pedro Afonso. Para efeito de comparação, no mapeamento realizado pelo Nepjor, em 2016, haviam sido catalogados 41 jornais impressos em atividade no Tocantins.

Entre as emissoras de televisão, também se observa um crescimento na concentração em Palmas, que passou de quatro para sete canais ativos, dentre os 26 mapeados em todo o estado — ou seja, 26,92% do total. Já no caso das emissoras de rádio, embora Palmas concentre o maior número absoluto de canais no Tocantins, apresenta a menor taxa proporcional de concentração: 12,35%, com 11 veículos na capital, de um total de 89.

Esses dados revelam que a maior parte das notícias consumidas pela população tocantinense tem origem em Palmas — inclusive entre os moradores do interior, que dispõem de poucos veículos locais e de escassa cobertura de suas realidades. A capital, portanto, consolida-se como o centro econômico, político, educacional e midiático do estado. Enquanto Palmas avança, muitas cidades do interior enfrentam perda populacional e contam com menores meios de comunicação locais.

A concentração da mídia em Palmas chama atenção tanto pela quantidade de veículos quanto pela sua relevância. Destacam-se, por exemplo, a sede da TV Anhanguera (afiliada da Rede Globo); entre as rádios, a Jovem Palmas (fundada em 1989); o Jornal do Tocantins (cuja versão impressa teve início em 1979 e hoje funciona apenas on-line) e o Jornal Daqui, fundado em 2013; e o Portal Cleber Toledo, criado em 2005.

Assim, embora Palmas concentre cerca de 20% da população e da economia do Tocantins, sua presença no cenário midiático estadual é desproporcional, reunindo mais de 40% dos veículos de comunicação registrados. Essa disparidade evidencia uma centralização acentuada

da produção e circulação de notícias na capital, o que impacta diretamente a qualidade e a diversidade da mídia regional.

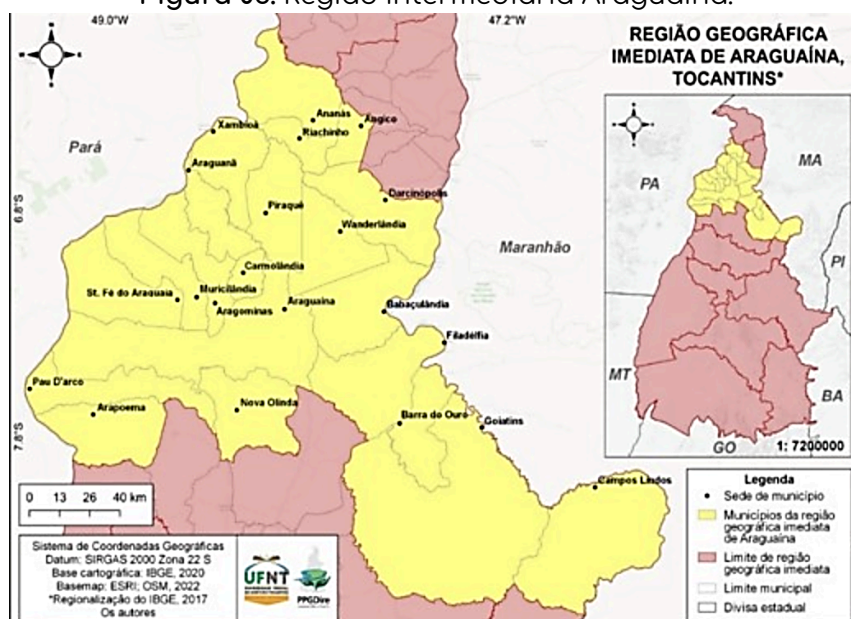
Deste modo, com 139 municípios, o Tocantins carece de cobertura local em grande parte de seu território, o que limita o acesso da população do interior a conteúdos que reflitam suas realidades, demandas, especificidades culturais e boas práticas do jornalismo regional. O resultado é um consumo excessivo de narrativas centradas em Palmas, o que não apenas contribui para a homogeneização do discurso midiático, como também compromete o papel social do jornalismo regional tocantinense.

### **Região Imediata de Araguaína**

A Região Imediata de Araguaína, composta por 21 municípios no norte do Tocantins, apresentou um cenário demográfico contrastante entre 2010 e 2022. Enquanto Araguaína — principal polo econômico da região e segunda cidade mais populosa do estado — registrou um crescimento de 13,83% (saltando de 142.925 para 171.301 habitantes), a maioria dos municípios vizinhos enfrentou redução populacional.

Apenas sete municípios apresentaram aumento no número de habitantes: Muricilândia (+9,12%), Santa Fé do Araguaia (+7,45%), Campos Lindos (+6,38%), Ananás (+4,66%), Goiatins (+4,21%), Barra do Ouro (+3,88%) e Darcinópolis (+1,02%). Em contrapartida, os demais registraram retração: Babaçulândia (-24%), Piraquê (-21,85%), Arapoema (-17,5%), Araguanã (-14,31%), Pau-d'Arco (-11,88%), Aragominas (-10,06%), Angico (-9,25%), Filadélfia (-9,33%), Xambioá (-8,42%), Riachinho (-5,41%), Carmolândia (-4,87%), Wanderlândia (-4,18%) e Nova Olinda (-2,99%).

Figura 03: Região Intermediária Araguaína.



Fonte: UFNT/IBGE.

Com uma população total de 301.108 habitantes, a região tem sua dinâmica demográfica fortemente influenciada por Araguaína, que concentra 56,8% dos residentes, enquanto os outros 20 municípios abrigam 43,2%. Além de ter a maior população, Araguaína é também o principal centro econômico da Região Norte do Tocantins, que compreende outras regiões imediatas e forma a Região Intermediária de Araguaína. Essa região reúne 65 municípios (47% dos 139 municípios tocantinenses) e uma população de aproximadamente 629 mil habitantes, o que representa 41% da população estadual, estimada em 1,511 milhão de habitantes no Censo 2022 (IBGE, 2022).

Esse protagonismo populacional e econômico de Araguaína também se reflete no campo da comunicação, com o município apresentando uma evolução modesta, mas significativa, entre os levantamentos de 2020 e 2024 do Mapa da Mídia do Tocantins, produzido pelo Grupo de Pesquisa de Jornalismo e Multimídia da Universidade Federal do Tocantins (Nepjor/UFT). Houve um pequeno aumento no número de emissoras de rádio, canais de TV e sites jornalísticos em Araguaína. Já nos demais municípios da região, houve o fechamento de uma rádio em Pau-d'Arco — município que também registrou queda populacional — e que atualmente não conta com

nenhum veículo de comunicação, mesma situação de outros 15 municípios da Região Imediata de Araguaína.

As exceções são cinco municípios que mantêm uma emissora de rádio: Ananás (Rádio Cidade FM), Campos Lindos (Rádio Itamaraty FM), Goiatins (Rádio Asto FM), Santa Fé do Araguaia (Sol 87.9 FM) e Xambioá (Rádio Cristal 87.9 FM). Destes, apenas Xambioá teve redução populacional; os demais apresentaram crescimento.

No município de Araguaína, o número de emissoras de rádio subiu de cinco para seis, atualmente: Rádio Mais 104.9 FM, Araguaia 99.7 FM, Tocantins 97.7 FM, Terra 96.5 FM, Jovem Gospel 94.7 FM e Rádio Comunitária Neblina FM. Quanto à televisão, todas as seis emissoras da microrregião estão sediadas em Araguaína, um aumento em relação às cinco existentes em 2020. São elas: TV Aratins (TV Meio Norte), TV Rio Lontra (SBT), TV Jovem Araguaína (Record), TV Líder (RedeTV!), TV Amazonas (Band) e TV Anhanguera Araguaína (Globo). Os sites jornalísticos passaram de sete para oito, todos também sediados em Araguaína: Lucas Lima na TV, Araguaína Notícias, AF Notícias, Portal Gilda Bonfim, Norte do Tocantins, Gilberto Silva, Portal O Norte e Fatos e Notícias. Essa concentração reforça o papel central da cidade como polo midiático regional.

Os dados econômicos mais recentes evidenciam um forte desequilíbrio no desenvolvimento regional da Região Imediata de Araguaína, cuja dinâmica está fortemente centralizada no município-polo. Em específico, em 2022, Araguaína registrou um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 5,23 bilhões (cerca de 10% do PIB tocantinense), sendo que o setor de serviços – desconsiderando as áreas de administração pública, defesa, educação, saúde e seguridade social – respondeu por R\$ 2,54 bilhões (48%), configurando-se como o principal motor da economia local. As atividades públicas somaram R\$ 1,34 bilhão (25,6%), enquanto a indústria contribuiu com R\$ 521 milhões (10%) e a agropecuária, de maneira bastante modesta, com apenas R\$ 112 milhões (2,1%). Essa concentração econômica, somada à centralização populacional e comunicacional, revela um paradoxo no processo de desenvolvimento regional: ao mesmo tempo em que Araguaína se fortalece como polo dinâmico, os demais municípios da região

permanecem em posição periférica, com baixa capacidade de articulação produtiva e institucional.

É possível perceber que Araguaína não apenas absorve mais da metade da população da região, como também centraliza praticamente todos os meios de comunicação estruturados, o que acaba por reforçar seu papel como eixo populacional, econômico e de infraestrutura de comunicação, uma vez que os demais municípios são impactados pela produção da mídia araguainense.

No entanto, essa realidade aponta para a existência e resistência da mídia local/regional e seu papel numa região remota como a analisada. O esvaziamento demográfico e a perda dos poucos meios de comunicação nos municípios menores são contrastados com um relativo fortalecimento de Araguaína, que funciona como um importante polo da Região Norte do Tocantins.

### **Região Imediata de Gurupi**

A partir dos dados do Mapa da Mídia do Tocantins, produzido pelo Grupo de Pesquisa em Jornalismo e Multimídia (Nepjor/UFT) e de uma atualização, realizada em 2024, apresentamos informações sobre os aspectos geográficos e sobre os veículos de comunicação da região referente à microrregião de Gurupi, localizada no sul do Tocantins. Para tanto, fizemos um comparativo sobre determinados aspectos territoriais, populacionais, além de um comparativo do Mapa da Mídia da microrregião entre os anos de 2017 e 2024. Para completar, exploramos outros tipos de produtores de comunicação, como as assessorias públicas e as agências comerciais.

De acordo com o IBGE (2022), os estados brasileiros são divididos em Mesorregiões, das quais o território tocantinense é fracionado em duas: Tocantins Oriental e Tocantins Ocidental, e oito microrregiões, e uma delas é a de Gurupi, que tem o município mais meridional do Estado, que é Talismã. A microrregião conta com uma área de 27 445 km<sup>2</sup>, o que representa cerca de 10% do território tocantinense.

A microrregião de Gurupi é dividida em 14 municípios, sendo o mais importante deles em termos econômico, populacional e midiático o de Gurupi. De acordo com o Censo 2022 (IBGE), a microrregião possui uma população de 142.751, o que representa cerca de 9,44% da população tocantinense. Desse total, 60% reside no município de Gurupi, com 85.126 habitantes, sendo a terceira maior cidade do Tocantins, com 5,6% da população tocantinense, ficando atrás apenas de Palmas (capital) e Araguaína.

No Censo 2010 (IBGE), o município de Gurupi tinha uma população de 76.755 habitantes. Passados 12 anos, é possível perceber que houve um aumento de 10,9% quando comparados os dados – índices maiores que do Tocantins (que cresceu 9,25%) e o Brasil (6,5%). Entretanto, outros municípios da microrregião tiveram um decréscimo na população nesse período, como Peixe, considerada a segunda cidade mais populosa da região imediata. Em 2022, o município registrou 9.317 habitantes, cerca de 10,2% a menos do que em 2010. Outros municípios que diminuíram de tamanho foram Palmeirópolis, com uma redução de 5% e uma população de 6.975 e Figueirópolis, que caiu 2,4% e atualmente tem 5.211 habitantes.

Os outros municípios da região são: Alvorada (8.802 habitantes), Aliança do Tocantins (5.147), Brejinho de Nazaré (4.725), Cariri do Tocantins (4.007), Jaú do Tocantins (3.334), Talismã (2.450), São Salvador do Tocantins (2.385), Santa Rita do Tocantins (2.219), Sucupira (1.577) e Crixás do Tocantins (1.470). A maioria desses municípios possui pouco ou nenhum veículo de comunicação, pois a maioria está concentrada em Gurupi.

Conforme os dados do Mapa da Mídia do Tocantins, em 2017, existiam 30 veículos de comunicação na região e, agora, em 2024, foram identificados 29, o que aponta para uma estabilidade, apesar de observar grandes mudanças sobre os tipos de mídias e suas respectivas localidades. Por exemplo, em 2017, havia 10 jornais impressos, 05 emissoras de TV, 12 sites de notícias e apenas 03 rádios. Em 2024, continuam sendo 05 emissoras de TV (todas em Gurupi), 14 sites de notícias (12 em Gurupi), 10 rádios (7 em Gurupi) e nenhum jornal impresso em circulação.

Importa destacar que esta é uma região próxima de cidades maiores de outros estados, Gurupi é a maior cidade num raio de mais de 200 km, que inclui áreas do Norte de Goiás e Oeste do Mato Grosso, que são regiões de baixa densidade demográfica. Gurupi está a 215 km de Palmas e cerca de 600 km de Goiânia e Brasília, o que reforça a ideia do município, enquanto centro regional do Sul do Tocantins.

Para além dos veículos de comunicação, também observamos que todos os sites das prefeituras municipais possuem uma estrutura de divulgação de textos (estilo release), com fotos nos sites institucionais, contando ainda com postagem em ao menos uma mídia social (Instagram). As câmaras municipais possuem estrutura e periodicidade menor, mas também produzem releases, com exceção para os legislativos de Cariri do Tocantins, Jaú do Tocantins, Talismã, São Salvador do Tocantins, Brejinho de Nazaré, Santa Rita do Tocantins, Sucupira e Crixás do Tocantins, que divulgam apenas pequenos informes e fotos.

Já a estrutura de mídia em Gurupi é totalmente diferente dos demais municípios, pois concentra 24 dos 29 veículos, ou seja, 83% da mídia da microrregião, com todas as TVs. Já a Prefeitura de Gurupi tem um nível de produção de releases bem maior que os demais municípios e diversa dos demais, contando com uma estrutura específica para atendimento à imprensa, configurando-se em organização de Secretaria de Comunicação. Na Câmara de Gurupi, essa estrutura voltada para a imprensa segue, contudo, por meio de uma Ascom (Assessoria de Comunicação).

Um dado importante que pode nos ajudar a compreender melhor o papel que Gurupi desempenha nessa microrregião é o tamanho proporcional do PIB (Produto Interno Bruto), com dados do IBGE (2021), em relação aos outros municípios. O município de Gurupi, que em 2010 (IBGE 2010) tinha um PIB de R\$1,1 bilhão, passou para R\$ 2,6 bilhões em 2021 — um crescimento de quase 150% em uma década. O PIB de Gurupi já era o maior da região, mas a desproporção em relação aos outros municípios aumentou. Em 2021, o PIB de Gurupi era maior que o dos outros quatro maiores municípios somados: Peixe - R\$ 733 milhões,

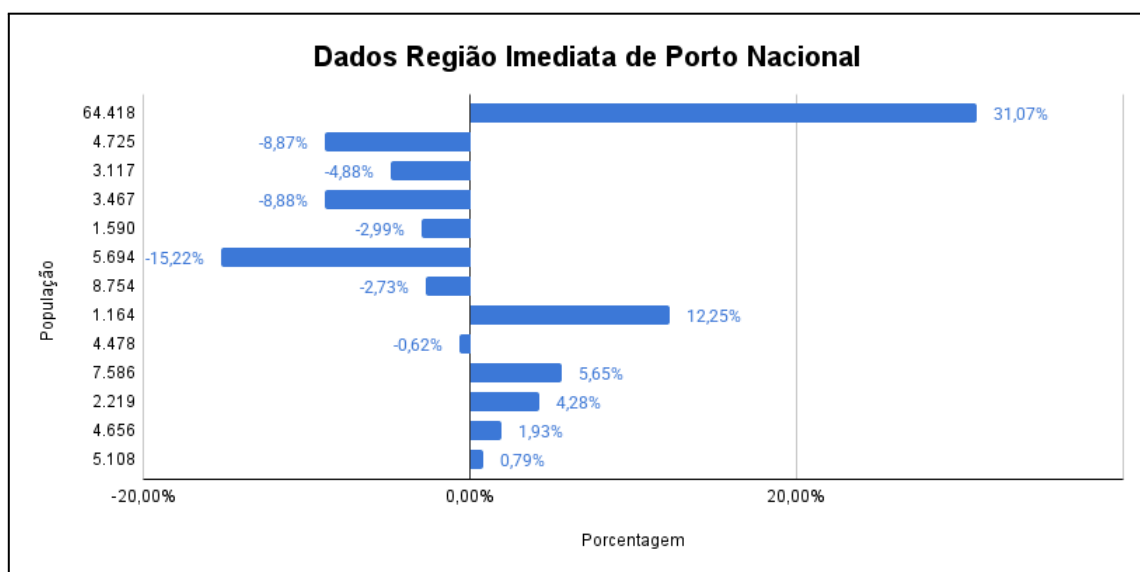
Alvorada – R\$ 474 milhões, Palmeirópolis – R\$ 256 milhões e \$R 170 milhões e Figueirópolis – R\$ 256 milhões.

Deste modo, podemos concluir que Gurupi possui uma importância relevante dentro do Tocantins, sendo o 4º município em termos de PIB (4º lugar, atrás de Palmas, Araguaína e Porto Nacional) e 3º em população. No entanto, dentro da microrregião existe uma grande desproporcionalidade que se assentou nos últimos anos, o que talvez ajude a compreender o porquê de praticamente todos os veículos de comunicação da microrregião estarem concentrados na maior cidade.

### **Região Imediata de Porto Nacional**

A Região Geográfica Imediata de Porto Nacional, localizada na parte central do estado do Tocantins, é composta por 13 municípios: Brejinho de Nazaré, Chapada da Natividade, Fátima, Ipueiras, Monte do Carmo, Natividade, Oliveira de Fátima, Pindorama do Tocantins, Ponte Alta do Tocantins, Porto Nacional, Santa Rita do Tocantins, Santa Rosa do Tocantins e Silvanópolis. De acordo com o Censo de 2022, essa região possui uma população total de 116.973 habitantes, distribuída em um território de 30.462,486 km<sup>2</sup>. Os dados indicam crescimento populacional puxado principalmente por Porto Nacional, enquanto a maioria dos municípios apresentou retração demográfica.

Gráfico 1: Crescimento e retração da população na região.



Fonte: Produção própria a partir dos dados do IBGE 2022.

Porto Nacional é o município com maior população, somando 64.418 habitantes, o que representa um crescimento de 31,07% em relação ao Censo de 2010. Brejinho de Nazaré conta com 4.725 habitantes, uma queda de 8,87%. Chapada da Natividade possui 3.117 habitantes, com decréscimo de 4,88%. Fátima registra 3.467 habitantes, com redução de 8,88%. Ipueiras tem 1.590 habitantes, uma queda de 2,99%. Monte do Carmo apresenta 5.694 habitantes, com retração de 15,22%. Natividade possui 8.754 habitantes, com queda de 2,73%. Oliveira de Fátima tem 1.164 habitantes, um crescimento de 12,25% e é o município com a menor população do estado. Pindorama do Tocantins tem 4.478 habitantes, uma queda de 0,62%. Ponte Alta do Tocantins apresenta 7.586 habitantes, com aumento de 5,65%. Santa Rita do Tocantins soma 2.219 habitantes, com crescimento de 4,28%. Santa Rosa do Tocantins tem 4.656 habitantes, com aumento de 1,93%. Silvanópolis registra 5.108 habitantes, com crescimento de 0,79%.

Com 64.418 habitantes, Porto Nacional concentra cerca de 55% da população regional e se consolidou como o terceiro município mais populoso do Tocantins, atrás apenas de Palmas e Araguaína. Parte desse crescimento está ligado ao distrito de Luzimangues, que possui cerca de 24 mil habitantes e está situado a menos de 10 quilômetros de Palmas, segundo dados da Prefeitura de Porto Nacional. A sede do

município, por sua vez, está a 52 quilômetros da capital, o que evidencia uma intensa integração territorial, econômica e populacional entre os dois municípios.

Figura 04: Região Imediata de Porto Nacional.



Fonte: IBGE (2022).

Do ponto de vista econômico, Porto Nacional também se destaca. Em 2021, seu PIB foi de 3.649.421.284 reais, o terceiro maior do Tocantins, superando inclusive Gurupi, que é o terceiro município mais populoso do estado. Esse valor representa aproximadamente 7% do PIB estadual, que foi de R\$51,8 bilhões no mesmo ano. A composição setorial do PIB de Porto Nacional está dividida da seguinte forma: administração pública, educação, saúde e seguridade social com R\$ 455.229.796, o que equivale a 12,47% do total; outros serviços com R\$ 1.268.066.928, correspondendo a 34,74%; a indústria com R\$ 594.707.877, representando 16,29%; e a agropecuária com R\$ 504.037.197, equivalente a 13,81%. A diferença até o total do PIB é atribuída, segundo a metodologia do IBGE, aos impostos líquidos sobre produtos, estimados em cerca de 827.379.486 reais, o que representa 22,68% do valor total.

Apesar desse cenário de crescimento populacional e econômico, a infraestrutura de mídia da região permanece limitada e altamente

concentrada em Porto Nacional. Levantamentos realizados pelo Mapa da Mídia do Tocantins, em 2020 e 2025, pelo Grupo de Pesquisa em Jornalismo e Multimídia da Universidade Federal do Tocantins (Nepjor/UFT), indicam que não há veículos de comunicação registrados nos outros 12 municípios da região. Em Porto Nacional, destacam-se a Rádio Tocantins 580 AM (comercial), a Rádio Comunitária Porto Nacional, a GT Web Rádio e os portais Porto News, Paralelo 13, Luzimangues On e Porto Rápido. Alguns veículos deixaram de operar, como a SBT TV Porto 10 e o site Portal MV, o que evidencia certa instabilidade no ecossistema midiático local.

No que se refere à comunicação institucional, todos os municípios da região contam apenas com assessorias vinculadas às prefeituras e às câmaras de vereadores. Não há registro de secretarias municipais de comunicação estruturadas. Apenas em Porto Nacional foram identificadas assessorias de imprensa mais consolidadas, com produção contínua de releases e conteúdos informativos. Nos demais municípios, a atuação limita-se à publicação esporádica de notas oficiais, sem presença de equipes técnicas específicas de jornalismo ou relações públicas.

A Região Imediata de Porto Nacional vive, portanto, uma contradição estrutural. Ao mesmo tempo em que concentra crescimento populacional e força econômica, impulsionada especialmente pelo dinamismo de Porto Nacional e sua integração com Palmas, sofre com uma infraestrutura de comunicação extremamente desigual e precária. A ausência de veículos de mídia nos demais municípios compromete o direito à comunicação e à diversidade informativa local.

### **Região Imediata de Paraíso do Tocantins**

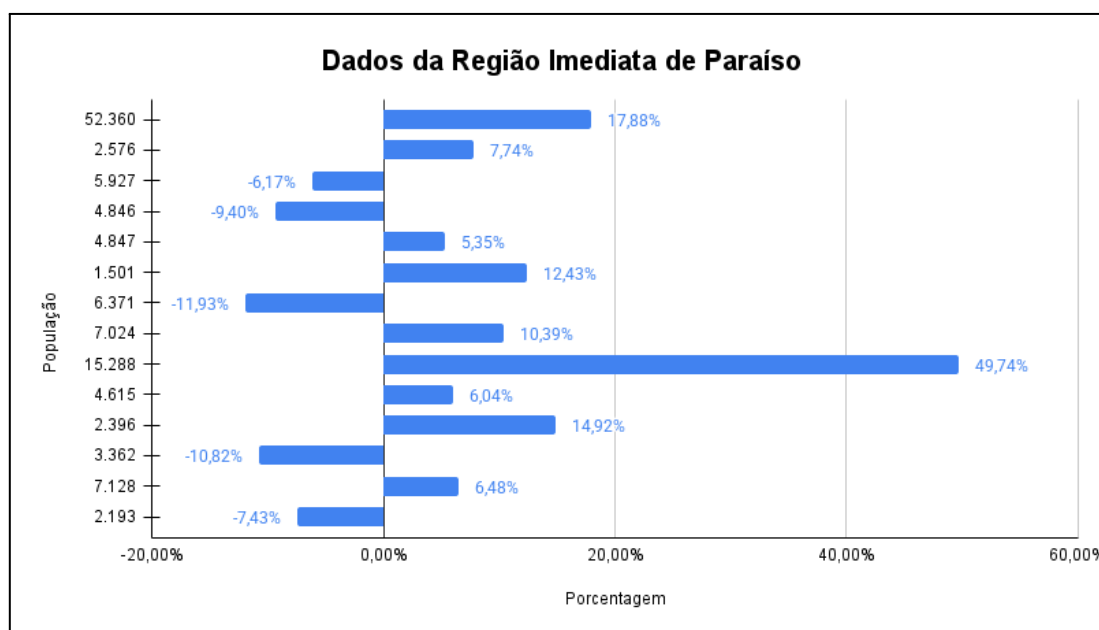
A Região Geográfica Imediata de Paraíso do Tocantins, situada na porção central do estado do Tocantins, é composta por 14 municípios: Abreulândia, Araguacema, Barrolândia, Caseara, Chapada de Areia, Cristalândia, Divinópolis do Tocantins, Lagoa da Confusão,

Marionópolis do Tocantins, Monte Santo do Tocantins, Nova Rosalândia, Paraíso do Tocantins, Pium e Pugmil. De acordo com o Censo de 2022, essa região possui uma população total de 120.434 habitantes, distribuída em um território de 37.881 km<sup>2</sup>.

O município de Paraíso do Tocantins é o grande destaque da região imediata, reunindo 43,47% da população regional, com crescimento de 17,88% e consolidando-se como o principal centro urbano. Também se destacaram com crescimentos populacionais positivos os municípios de Lagoa da Confusão, Monte Santo do Tocantins, Chapada de Areia e Divinópolis do Tocantins. Por outro lado, a região enfrenta desafios em municípios com redução populacional significativa, como Cristalândia, Barrolândia e Nova Rosalândia.

A análise comparativa entre os censos de 2010 e 2022 revela uma variação populacional positiva de 6,69%, o que corresponde a um acréscimo de 7.554 pessoas em relação ao total de 112.880 habitantes registrados em 2010. No entanto, esse crescimento não foi homogêneo entre os municípios.

Gráfico 2: Crescimento e retração populacional na região.



Fonte: Produção do autor com dados do IBGE (2022).

O município de Abreulândia conta com 2.576 habitantes, com crescimento de 7,74%; Araguacema, com 5.927 habitantes, teve uma

queda de -6,17%; Barrolândia, com 4.846 habitantes, apresentou retração de -9,4%; Caseara possui 4.847 habitantes, com crescimento de 5,35%; Chapada de Areia teve 1.501 habitantes, com aumento de 12,43%; Cristalândia contabilizou 6.371 habitantes, com queda de -11,93%; Divinópolis do Tocantins tem 7.024 habitantes, com crescimento de 10,39%; Lagoa da Confusão, com 15.288 habitantes, registrou um expressivo crescimento de 49,74%; Marianópolis do Tocantins tem 4.615 habitantes, com aumento de 6,04%; Monte Santo do Tocantins tem 2.396 habitantes, com crescimento de 14,92%; Nova Rosalândia registra 3.362 habitantes, com queda de -10,82%; Paraíso do Tocantins, maior cidade da região, possui 52.360 habitantes, com crescimento de 17,88%; Pium apresenta 7.128 habitantes, com aumento de 6,48%; e Pugmil, com 2.193 habitantes, teve uma redução de -7,43%.

Em termos econômicos, os dados do IBGE de 2021 reforçam a centralidade de Paraíso do Tocantins. O município apresentou um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 1.513.693.492, distribuído entre os seguintes setores: serviços, com R\$ 647.924.915, correspondendo a 42,81%; administração pública (administração, defesa, educação, saúde e seguridade social), com R\$ 368.210.000, representando 24,33% do PIB; indústria, com R\$ 202.138.518 (13,35%); e agropecuária, com R\$ 66.861.066, o que equivale a 4,42%. Esses dados demonstram a forte presença do setor de serviços e da administração pública na economia local, reforçando o papel de Paraíso como polo regional de comércio, serviços públicos e privados.

O segundo município mais populoso da região, Lagoa da Confusão, apresentou em 2021 um PIB de R\$ 89.428.780, com composição bastante distinta: R\$ 42.219.107 da agropecuária, representando 47,22% do total; R\$ 35.171.408 da administração pública, equivalente a 39,33%; R\$ 8.510.577 em serviços, com 9,51%; e R\$ 1.449.938 oriundos da indústria, o que corresponde a 1,62%. Essa distribuição evidencia a forte vocação agropecuária do município, impulsionada pelo agronegócio, especialmente em áreas de cultivo irrigado e produção de grãos.

Figura 05: Região Imediata de Paraíso do Tocantins.



Fonte: IBGE (2022).

Apesar desse crescimento populacional e econômico, a infraestrutura de mídia na região permanece limitada. Paraíso do Tocantins é o único município com presença significativa de veículos de comunicação: conta com uma emissora de TV (TV Paraíso), um jornal impresso (Surgiu), três sites de notícias (Surgiu, Paraíso no Grale e Onlines de Paraíso), além de três rádios, sendo uma comunitária (Rádio Paraíso 104,9 FM) e duas comerciais (Rádio 105 FM - Paraíso e Rádio Líder FM). Nos demais municípios, há registros apenas de rádios comunitárias em Lagoa da Confusão (Rádio Lagoa 87,9 FM) e Abreulândia (Rádio Abreulândia 87,9 FM).

De acordo com os levantamentos do Mapa da Mídia do Tocantins (2020 e 2025), realizados pelo Grupo de Pesquisa em Jornalismo e Multimídia da Universidade Federal do Tocantins (Nepjor/UFT), houve apenas uma pequena expansão da estrutura midiática regional no período. Paraíso, por exemplo, passou de três rádios e dois sites (2020) para três rádios, três sites e um jornal impresso (2025). Em contrapartida, houve retrocessos: rádios deixaram de operar nos municípios de Barrolândia e Pium, embora tenha surgido uma rádio em Lagoa da Confusão.

No que se refere à comunicação institucional, todos os municípios da região contam apenas com assessorias de comunicação

vinculadas às prefeituras e câmaras de vereadores. Não há registro de secretarias municipais de comunicação estruturadas. Apenas em Paraíso do Tocantins foram identificadas assessorias de imprensa mais consolidadas, tanto na prefeitura quanto na câmara municipal, quanto no Instituto Federal do Tocantins (IFTO), com produção contínua de releases e conteúdos informativos. Nos demais municípios, a atuação limita-se à publicação esporádica de notas oficiais, sem presença de equipes técnicas específicas de jornalismo ou relações públicas.

Assim, a Região Geográfica Imediata de Paraíso do Tocantins apresenta um cenário de crescimento populacional e diversidade econômica, com fortes contrastes internos. Municípios como Paraíso e Lagoa da Confusão lideram em desenvolvimento e atração de população, cada um com bases econômicas distintas, serviços e setor público no primeiro, agropecuária no segundo. No entanto, esse dinamismo não se reflete plenamente na estrutura comunicacional regional, que segue concentrada, fragilizada e pouco capilarizada. A escassez de veículos locais e a tímida institucionalização da comunicação pública comprometem a pluralidade de vozes, o direito à informação e a construção de uma esfera pública regional robusta.

### **Região Imediata de Miracema do Tocantins**

A Região Geográfica Imediata de Miracema do Tocantins, situada na porção central do estado, é composta por cinco municípios: Miracema do Tocantins, Tocantínia, Rio dos Bois, Miranorte e Dois Irmãos do Tocantins. Juntas, essas cidades somam uma população de 47.791 habitantes, conforme o Censo de 2022, distribuída em um território de 10.891 km<sup>2</sup>.

A variação populacional entre os censos de 2010 e 2022 revela dinâmicas distintas. Miracema do Tocantins registrou 18.566 habitantes em 2022, o que representa uma queda de 10,24% em relação a 2010. Tocantínia, por sua vez, apresentou crescimento populacional de 10,73%, atingindo 7.459 moradores. Em Rio dos Bois, o aumento foi de 6,54%, totalizando 2.738 pessoas. Miranorte teve um crescimento mais discreto,

de 0,62%, alcançando 12.701 habitantes. Já Dois Irmãos do Tocantins apresentou a maior retração proporcional da região, com queda de 11,65%, somando 6.327 moradores. Apesar da redução, Miracema do Tocantins continua sendo o município mais populoso da região, concentrando cerca de 38,9% do total regional.

Figura 06: Mapa do Tocantins, destaque Região Imediata de Miracema do Tocantins.



Fonte: IBGE

Em termos econômicos, os dados do IBGE de 2021 apontam que Miracema do Tocantins possui o maior Produto Interno Bruto (PIB) da região, com R\$ 642.002 mil. Desse total, R\$ 231.000 mil são oriundos dos setores de serviços e administração pública, R\$ 194.581 mil da indústria e R\$ 189.526 mil da agropecuária. Os demais municípios apresentam os seguintes PIBs: Miranorte com R\$ 390.325 mil, Dois Irmãos do Tocantins com R\$ 216.149 mil, Tocantínia com R\$ 191.372 mil e Rio dos Bois com R\$ 85.928 mil. Miracema concentra, portanto, aproximadamente 41% do PIB da região, evidenciando sua centralidade econômica.

Apesar de sua posição de destaque em termos populacionais e econômicos, a infraestrutura de mídia na região é extremamente limitada. Em Miracema do Tocantins, há apenas um site jornalístico

ativo, o Mirajornal, fundado em 1992 pelo jornalista José Carlos Almeida, que permanece como editor. O veículo operou durante décadas no formato impresso, mas atualmente funciona apenas em versão digital. No setor radiofônico, Miracema conta com duas emissoras: a Rádio Cultura AM, de caráter comercial, e a Rádio Miracema FM 104,9, de caráter comunitário.

Já os demais municípios da região dispõem apenas de rádios comunitárias: Dois Irmãos do Tocantins com a Rádio Dois Irmãos FM 87,9 e Miranorte com a Rádio Miranorte FM 104,9. Não foram identificados veículos de comunicação estruturados em Tocantínia e Rio dos Bois. Os dados de mídia são idênticos entre os levantamentos de 2020 e 2024 do Mapa da Mídia do Tocantins, realizado pelo Grupo de Pesquisa em Jornalismo e Multimídia da Universidade Federal do Tocantins (Nepjor/UFT).

Ao realizar um levantamento sobre as estruturas de comunicação institucional dos municípios da Região Geográfica Imediata de Miracema do Tocantins, foi possível constatar que todos contam apenas com assessorias de comunicação vinculadas às prefeituras e câmaras de vereadores. Em nenhuma das cidades foi identificada a existência de uma secretaria de comunicação estruturada. Apesar disso, nota-se uma produção mais frequente de conteúdos institucionais de releases informativos nos sites das prefeituras, com destaque para Miracema do Tocantins, que é o maior da região em termos populacionais e administrativos e conta com um volume maior de publicação que os outros municípios.

O município de Miracema do Tocantins, além de sua relevância econômica e demográfica, tem um papel simbólico importante por ter sido a primeira capital provisória do estado do Tocantins entre janeiro de 1989 e dezembro de 1989, antes da instalação definitiva de Palmas como capital estadual em 1990. A cidade também abriga um campus da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reforçando seu status como polo regional.

Esse cenário evidencia uma contradição significativa: a presença de uma cidade com importância histórica, econômica e institucional, inserida em uma região de baixa densidade populacional, contrasta

com a notável escassez de meios de comunicação. A limitação de veículos de mídia locais pode comprometer a circulação de informações, a diversidade de vozes e a participação cidadã. Nesse contexto, o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à comunicação comunitária e ao fortalecimento das mídias locais torna-se uma medida essencial para promover a integração regional e assegurar o direito à informação.

### **Região Imediata de Dianópolis**

A Região Geográfica Imediata de Dianópolis está situada no Sudeste do Tocantins, conta com 14 municípios, uma área de 25.158 km<sup>2</sup> e uma população de 77.098 habitantes – sendo uma das menores regiões do Estado em termos populacionais. Apenas três municípios desta região têm mais de 10 mil habitantes – Dianópolis, Taguatinga e Arraias. A região conta atualmente com apenas 10 veículos de comunicação e sites institucionais das prefeituras e câmaras municipais.

A expansão do setor agrícola, sobretudo com a produção de grãos (soja e milho), a produção de peixes, a fruticultura irrigada e a produção de cana-de-açúcar e álcool, após a implantação de irrigação, se soma à agricultura de subsistência, comércio e ao turismo como principais atividades econômicas da Região Geográfica Imediata de Dianópolis.

O município de Dianópolis é o principal centro da região e apresenta um PIB (Produto Interno Bruto) de R\$ 644 milhões, dos quais R\$ 237 milhões vêm da agropecuária (IBGE, 2021). Em 2011, o PIB de Dianópolis era de R\$ 280 milhões (IBGE, 2011), ou seja, mais que dobrou em uma década. No entanto, Dianópolis registrou uma redução populacional de -7,18% em comparação com o Censo de 2010 e contou com 17.739 pessoas no Censo de 2022. O município tem três rádios em funcionamento: Rádio Conexão 90.3 FM, Rádio Hits 91.1 FM e Rádio Nova 104.9 FM.

Em seguida aparece o município de Taguatinga com R\$ 318 milhões, dos quais R\$ 121 milhões vêm da Administração, Defesa,

Educação e Saúde Públicas e Seguridade Social (IBGE, 2021), contra R\$ 144 milhões em 2011 (IBGE, 2011). A população da cidade de Taguatinga chegou a 14.011 pessoas no Censo de 2022 e registrou uma queda de -6,91% em comparação com o censo de 2010. O município é sede da Rádio Educativa 105.9 FM.

Já Arraias conta com um PIB de R\$ 223 milhões em 2021, dos quais R\$ 82 milhões vêm da agropecuária (IBGE, 2021), contra R\$ 102 milhões em 2011 (IBGE, 2011). Em termos populacionais, Arraias também apresentou uma queda populacional de -3,36% na comparação dos censos de 2010 e 2022 e atualmente conta com 10.287 pessoas. O município conta com duas rádios em funcionamento: Hits 105.9 FM e Liberdade FM.

Dentre os outros 11 municípios da região, outro destaque em termos econômicos é Almas, com um PIB de R\$ 273 milhões, dos quais R\$ 183 milhões são da agropecuária (IBGE, 2011), sendo o maior produtor de peixes no Tocantins. No entanto, também registrou uma queda populacional de -14,33% entre os Censos de 2010 e 2022 e atualmente conta com 6.499 pessoas. O município conta com a Radicalmas FM.

Na comparação dos censos de 2010 e 2022, outros quatro municípios apresentaram quedas populacionais: Novo Alegre, com 1.846 pessoas (-19,25%); Ponte Alta do Bom Jesus, com 4.220 pessoas (-7,13%); Conceição do Tocantins, com 3.887 pessoas (-7,05%); Aurora do Tocantins, com 3.342 pessoas (-3,02%). E apenas cinco dos 14 municípios, todos com menos de 5 mil habitantes, tiveram um pequeno crescimento populacional: Taipas do Tocantins (TO), com 2.021 pessoas (3,91%); Rio da Conceição (TO), com 1.768 (+3,15%); Porto Alegre do Tocantins (TO), com 2.866 (+2,5%); Combinado, com 4.756 pessoas (+1,86%) e Lavandeira, com 1.626 pessoas (+1,31%).

A população da cidade de Arraias (TO) chegou a 10.287 pessoas no Censo de 2022, o que representa uma queda de -3,36% em comparação com o Censo de 2010. Os resultados foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os municípios que contam com rádios em suas sedes são: Combinado, com a Rádio Estrela 104 FM; Porto Alegre do Tocantins, com a Rádio Porto Alegre FM; e Taipas do Tocantins, com a Rádio

Comunitária Nova FM. No entanto, os 14 municípios da região contam com sites públicos de comunicação, por meio de suas prefeituras, com publicações de notícias ou notas informativas, com destaque para Dianópolis, que conta com uma assessoria de comunicação da prefeitura. Já os sites das câmaras municipais também apresentam conteúdos informativos, mas com menos atualização.

Em comparação com o levantamento do Mapa da Mídia do Tocantins de 2017, houve uma pequena alteração no número de veículos de comunicação nesta região. Em 2017, havia um site jornalístico mapeado, o Repórter Dianópolis, que está com o website inativo e a última publicação em suas redes sociais data de setembro de 2020. Com a criação de duas novas rádios da região imediata - Rádio Conexão 90.3 FM e Rádio Hits 91.1 FM. Além disso, permaneceram ativas todas as que foram mapeadas em 2017. A região de Dianópolis, ou Sudeste do Tocantins, já não possuía jornais impressos e emissoras de TV. Assim, é possível considerar que, em sete anos, a região sofreu com uma queda populacional e de variedade de veículos de comunicação jornalísticos, uma vez que agora conta apenas com rádios.

### **Região Imediata de Colinas do Tocantins**

A Região Geográfica Imediata de Colinas do Tocantins, composta por 9 municípios, soma uma população de 63.154 habitantes (Censo 2022), distribuída em um território de 12.266 km<sup>2</sup>. Essa região, situada na porção centro-norte do estado, apresenta características de concentração populacional e de infraestrutura de mídia (ainda que pouca) no município de Colinas.

Em comparação ao Censo de 2010, a região teve um leve crescimento populacional, passando de aproximadamente 61.155 para 63.154 habitantes, o que representa um aumento de cerca de 3,26% em 12 anos.

Figura 07: Região Intermediária de Colinas do Tocantins.



Fonte: IBGE.

Os municípios com crescimento foram: Colinas do Tocantins: 34.233 habitantes (+11,0%); Bandeirantes do Tocantins, com 3.407 habitantes (+9,13%), Itapiratins, com 3.577 habitantes (+1,27%) e Juarina, com 2.243 habitantes (+0,54%). Por outro lado, alguns municípios registraram queda no número de habitantes no mesmo período: Bernardo Sayão, com 4.229 moradores (-5,09%), Brasilândia do Tocantins, com 1.974 (-4,36%), Itacajá, com 6.819 (-4,01%), Palmeirante, com 4.798 (-3,15%) e Tupiratins, com 1.874 habitantes (-10,63%).

Apesar de abrigar mais de 60 mil pessoas distribuídas em nove municípios, a região apresenta um número reduzido de veículos de comunicação formalmente estabelecidos. Há apenas quatro veículos de comunicação em toda a região, sendo que todos estão concentrados no município de Colinas do Tocantins. São eles: duas rádios comerciais (Rádio Hits 102,5 FM e Líder FM 96.1 FM), uma emissora de TV (TV Colinas — afiliada da Rede Meio Norte) e o site de notícias Diário Tocantinense, conforme o Mapa da Mídia do Tocantins (Nepjor, 2025). Nenhum dos demais municípios conta com emissoras próprias, o que evidencia a fragilidade da infraestrutura de mídia regional, limitando a circulação de informações locais.

Já estruturas de assessoria de imprensa foram identificadas apenas públicas e no município de Colinas do Tocantins, com produção de releases e divulgação nos sites da Prefeitura e também da Câmara Municipal. Os outros sete municípios contam com sites para as prefeituras e câmaras municipais, mas apenas para divulgação de fotos e notas, sem evidência clara de existência de assessoria de imprensa.

Colinas do Tocantins destaca-se na região por ser o sexto município mais populoso do estado e por exercer influência econômica e administrativa sobre os demais municípios ao seu redor. Com uma população de 34.233 habitantes, a cidade registrou um crescimento de 11% em relação a 2010, consolidando-se como um importante polo regional de serviços, comércio e educação. Do ponto de vista econômico, o município apresenta um Produto Interno Bruto (PIB) total de R\$ 862.139 mil, com forte predominância do setor de serviços e da administração pública. O segmento de serviços e administração pública responde por R\$ 333.011 mil, o que corresponde a 38,63% da economia local, seguido pela administração e educação pública, com R\$ 261.774 mil (30,37%). Já a agropecuária representa R\$ 92.361 mil (10,71%) do PIB municipal, enquanto a indústria contribui com R\$ 78.659 mil, equivalente a 9,12% da economia do município.

Assim, a Região Geográfica Imediata de Colinas do Tocantins, apesar de apresentar um leve crescimento populacional nas últimas décadas, com destaque para o município de Colinas, que concentra mais da metade dos habitantes, enfrenta importantes limitações no que diz respeito à infraestrutura de comunicação, com escassez de veículos de mídia e assessorias de imprensa estruturadas na região. Essa fragilidade compromete a circulação de informações e o fortalecimento da identidade regional.

### **Região Imediata de Guaraí**

A Região Geográfica Imediata de Guaraí, composta por 14 municípios e com uma população total de 85.846 habitantes (Censo 2022), ocupa uma área de 19.856 km<sup>2</sup> no centro-norte do Tocantins. A

região é marcada por dois polos de destaque: Guaraí, com 24.775 habitantes, e Pedro Afonso, com 14.055, sendo, respectivamente, o 8º e o 15º municípios mais populosos do estado.

Comparando com os dados do Censo de 2010, houve crescimento populacional modesto na região. A soma da variação percentual por município aponta um crescimento geral estimado de 3,1%, impulsionado principalmente pelos avanços populacionais de Pedro Afonso (+21,8%), Guaraí (+9,33%), Fortaleza do Tabocão (+42,83%) e Tupirama (+21,28%), Bom Jesus do Tocantins (+7,03%) e Couto de Magalhães (+6,43%)

Por outro lado, os municípios com queda populacional foram: Centenário: -16,95%; Presidente Kennedy: -17,22%; Recursolândia: -9,21%; Santa Maria do Tocantins: -7,39%; Goianorte: -4,4%; Colméia: -2,28%; Pequizeiro: -2,63% e Itaporã do Tocantins: -1,68%.

Figura 08: Região Intermediária de Guaraí.



Fonte: IBGE.

Os municípios de Guaraí e Pedro Afonso concentram as maiores populações, as maiores economias e assumem funções econômicas e logísticas centrais. Guaraí, com PIB de R\$880,4 milhões (IBGE, 2021) tem função estratégica: localiza-se às margens da BR-153 (Belém-Brasília), eixo logístico vital para o escoamento da produção agrícola, especialmente de grãos. Já Pedro Afonso, tem um PIB de R\$848,6

milhões (IBGE, 2021), sendo o maior produtor de soja do Tocantins, com destaque no agronegócio e na indústria de processamento agrícola.

Apesar de abrigar mais de 85 mil habitantes, a Região de Guaraí conta com poucos meios de comunicação formalizados e concentrados nos principais municípios. Em Guaraí, há três rádios, sendo duas comerciais (Sucesso FM 88,5 – repetida no sistema) e uma comunitária (Ativa FM 87,9). Além do site Guaraí Notícias e da TV Guará (independente), conforme o Mapa da Mídia do Tocantins 2024, produzido pelo Nepjor/UFT.

Ainda segundo o Mapa da Mídia do Tocantins 2024, em Pedro Afonso há dois veículos, o Portal Centro-Norte Notícias (CNN) e o Jornal Centro Norte Notícias (impresso com tiragens quinzenais ou mensais). Outros municípios com mídia são: Goianorte (Goianorte FM - comunitária) e Fortaleza do Tabocão (Tabocão FM 87,9 - comunitária).

Já estruturas de assessoria de imprensa foram identificadas apenas públicas e nos municípios de Guaraí e Pedro Afonso, com produção de releases e divulgação nos sites das respectivas prefeituras e também das câmaras municipais. Os outros 12 municípios contam com sites para as prefeituras e câmaras municipais, mas apenas para divulgação de fotos e notas, sem evidência clara de existência de assessoria de imprensa.

A escassez de veículos em grande parte dos municípios dificulta a circulação de informações locais e o fortalecimento da identidade regional, concentrando o protagonismo comunicacional em apenas dois polos. Assim, a Região Imediata de Guaraí combina potencial econômico crescente e funções estratégicas logísticas, mas enfrenta um cenário desigual de cobertura midiática. A concentração da informação em Pedro Afonso e, principalmente, em Guaraí evidencia um desafio à democratização da comunicação local, sobretudo em um território amplo e composto majoritariamente por pequenos municípios com população decrescente, sendo que os poucos meios de comunicação se concentram nessas que são as maiores cidades.

## **Regiões Imediatas de Araguaatins e Tocantinópolis – Bico do Papagaio**

Formada a partir das regiões imediatas de Araguaatins e Tocantinópolis, o Bico do Papagaio cresceu, em termos populacionais, acima das médias estadual e nacional, conforme dados dos dois últimos censos demográficos realizados pelo IBGE nos anos de 2010 e 2022. No entanto, uma observação a partir do Mapa da Mídia do Tocantins, produzido pelo Grupo de Pesquisa em Jornalismo e Multimídia (UFT), e o levantamento (Rocha, Souza e Alves, 2020) apontaram uma estagnação no número de veículos de comunicação nos últimos anos na região, a exemplo do que ocorreu no Tocantins, em que houve um decréscimo de mídias. Por isso, também observamos outros produtores de comunicação na região, para além da imprensa, e encontramos uma rede razoavelmente estruturada de assessorias públicas de imprensa.

No extremo norte do estado do Tocantins está localizada a região do Bico do Papagaio, que é formada a partir de uma confluência entre os estados do Pará e Maranhão, a partir dos rios Araguaia e Tocantins, que se aproximam em formato de “bico” até o município de Esperantina. Conforme Soares (2009), o Bico do Papagaio é uma região de base de atividade pecuária, com uma maioria de pequenos agricultores estabelecidos, voltados para o autoconsumo e comercialização dos produtos de subsistência.

O Bico do Papagaio é formado por 25 municípios, sendo três os maiores e que concentram a maior parte dos veículos de comunicação: Araguaatins (31.918 habitantes, IBGE 2022), Tocantinópolis (22.615) e Augustinópolis (17.484). Os demais municípios são: Ananás, Angico, Axixá do Tocantins, Buriti, Carrasco Bonito, Darcinópolis, Esperantina, Itaguatins, Luzinópolis, Maurilândia, do Tocantins, Nazaré, Praia Norte, Riachinho, Sampaio, Santa Terezinha do Tocantins, São Bento do Tocantins, São Miguel do Tocantins, São Sebastião do Tocantins e Sítio Novo do Tocantins.

De acordo com a divisão territorial do IBGE, o Tocantins é dividido em duas mesorregiões (Tocantins Ocidental e Tocantins Oriental) e oito

microrregiões, sendo uma delas o Bico do Papagaio, que, por sua vez, é composto por duas regiões geográficas imediatas: Araguatins e Tocantinópolis. A microrregião populosa registrou uma população de 223.786 (IBGE, 2022), cerca de 15% dos tocantinenses. Porém, o território é de apenas 15.993,20 km<sup>2</sup>, correspondendo a 5,75% do território do Tocantins.

Ainda conforme os dados dos censos demográficos do IBGE de 2010 e 2022, a região do Bico do Papagaio registrou um acréscimo de 27.419 pessoas, ou seja, a população cresceu 14%. No mesmo período, a população tocantinense cresceu 9,25% (1.511.459 pessoas em 2022) e a do Brasil apenas 6,5%, chegando a 203.062.512. Assim, podemos concluir que a população dessa região cresceu mais que as médias estadual e nacional.

Por outro lado, não observamos uma expansão dos veículos de comunicação existentes na região. O Mapa da Mídia do Tocantins, produzido pelo Nepjor, tem dados desde 2016 de veículos de imprensa em todo o Estado, incluindo o Bico do Papagaio. Durante o período de observação, o Bico do Papagaio tem se mantido com veículos de imprensa a partir de rádios (nove no total) e sites jornalísticos (cinco) e uma emissora de TV (TV Norte Tocantins, em Augustinópolis).

Para além dos veículos de imprensa, também buscamos informações por outros formatos de produção de conteúdo de comunicação, mas nas pesquisas encontramos apenas assessoria de imprensa pública, com todos os 25 municípios com sites e produção de releases nos sites das prefeituras. Em alguns municípios, como os maiores Araguatins, Tocantinópolis e Augustinópolis, também observamos a estrutura de assessoria de imprensa, com produção de releases nos sites das respectivas Câmaras dos Vereadores.

A partir de Silva e Rocha (2010), que analisaram os conteúdos produzidos por sites do Bico do Papagaio, foi possível constatar a publicação de releases por parte da imprensa, como rotineiro. Assim, a estruturação das assessorias de imprensa das respectivas prefeituras pode ter como intenção ocupar esse espaço de produção nos próprios veículos de comunicação jornalísticos.



# Capítulo 4

## Rádios Comunitárias do Tocantins

A análise das rádios comunitárias no Tocantins revela um panorama marcado por contrastes, tanto na distribuição geográfica dessas emissoras, quanto em sua presença nas diferentes regiões do Estado. Observa-se que, ao mesmo tempo em que essas rádios estão presentes em áreas estratégicas e em diversos municípios, ainda existem lacunas de cobertura em regiões mais afastadas ou com menor desenvolvimento econômico. Esse cenário evidencia não apenas a importância dessas emissoras no contexto regional, mas também as desigualdades de acesso à comunicação que ainda persistem em parte do território tocantinense.

A escolha de concentrar a análise especificamente nas rádios comunitárias está relacionada, em grande medida, à escassez de estudos voltados de forma exclusiva a esse tipo de mídia no contexto do Tocantins. Embora existam pesquisas sobre comunicação regional e sobre o sistema de radiodifusão no Brasil de maneira mais ampla, ainda são poucos os trabalhos que examinam com maior profundidade o papel, a presença e a distribuição das rádios comunitárias nos estados, especialmente quando se consideram grandes dimensões territoriais e suas particularidades sociais, como o Tocantins.

Diante dessa lacuna, tornou-se pertinente direcionar a investigação para esse segmento específico da radiodifusão, tendo em vista sua relevância social, sobretudo em localidades de menor porte ou com menor presença de veículos de comunicação comerciais. Em muitos municípios, as rádios comunitárias representam um dos poucos meios de comunicação disponíveis para a população, desempenhando um papel importante na circulação de informações locais, na valorização das identidades culturais e na ampliação do acesso à comunicação.

A pesquisa que dá origem a este livro nasceu do interesse em compreender como as rádios comunitárias estão presentes e distribuídas no Estado do Tocantins, considerando sua importância para a circulação de informações, para a integração social e para o fortalecimento das identidades locais, especialmente em municípios de pequeno porte e em regiões afastadas dos principais centros urbanos. Mais do que apenas mapear emissoras, buscou-se entender como essas rádios se inserem no território tocantinense e quais características marcam sua presença no panorama midiático regional.

Ao longo do processo de definição do objeto de estudo, tornou-se necessário investigar o que já havia sido produzido academicamente sobre o tema. Para isso, foi realizado um levantamento em bases acadêmicas, especialmente no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), com o objetivo de identificar pesquisas que tratassem diretamente das rádios comunitárias do Tocantins. O resultado desse levantamento chamou atenção: não foram encontrados estudos dedicados especificamente a esse objeto, o que evidenciou uma lacuna na produção científica sobre a comunicação comunitária no estado. Essa ausência de pesquisas reforçou a relevância do estudo, já que compreender a realidade dessas emissoras também significa compreender parte importante do sistema de comunicação regional e do papel social da mídia em contextos locais e amazônicos.

A necessidade de compreender e organizar informações sobre essas emissoras tornou-se, assim, um dos principais motivos para a realização da pesquisa. Em muitas localidades do Tocantins, as rádios comunitárias representam um dos poucos meios de comunicação disponíveis. Em regiões marcadas por grandes distâncias geográficas, baixa densidade populacional e limitações no acesso à internet ou a outros veículos de mídia, essas emissoras acabam assumindo funções estratégicas, seja na disseminação de informações, na valorização das culturas locais ou na articulação das comunidades.

Investigar a presença, a distribuição e as práticas comunicacionais das rádios comunitárias no Tocantins significa, portanto, olhar não apenas para o sistema de comunicação, mas também para as dinâmicas sociais, culturais e territoriais do estado. Este capítulo apresenta justamente esse percurso, reunindo dados, análises e reflexões sobre a presença dessas emissoras no território tocantinense e buscando compreender seu papel no sistema midiático regional e na vida das comunidades onde estão inseridas.

A construção deste estudo envolveu diferentes etapas e fontes de informação, combinando pesquisa bibliográfica, levantamento documental e observação empírica de caráter exploratório. Em um primeiro momento, buscou-se reunir referências teóricas sobre comunicação popular, comunicação comunitária e rádios comunitárias no Brasil, de modo a construir a base conceitual que orienta as análises apresentadas ao longo deste livro.

Na sequência, foi realizado um levantamento documental com o objetivo de mapear as emissoras comunitárias existentes no Tocantins. Para isso, foram consultadas diferentes fontes institucionais e bases de dados públicas, entre elas o banco de dados oficial da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), os registros da Federação das Associações de Rádios Comunitárias do Estado do Tocantins (Farcom/TO) e informações disponibilizadas pela Secretaria de Comunicação do Estado. Além dessas fontes institucionais, também foram consultadas plataformas de streaming de rádios, como rádios.com e Tuneln, bem como os perfis das emissoras em redes sociais e registros públicos das associações responsáveis por sua gestão. Esse conjunto de fontes permitiu construir um panorama mais amplo sobre a presença das rádios comunitárias no estado.

Como forma de aprofundar a análise, o estudo incluiu também um recorte empírico baseado em estudo de caso. Para essa etapa foram selecionadas três rádios comunitárias com perfis distintos e localizadas em diferentes regiões do Tocantins: a Rádio Top FM, situada no município de Araguatins, na região norte do estado; a Rádio Cidade

FM 879, localizada em Palmeirópolis, na região sul; e a Rádio Dunas FM, instalada em Mateiros, na região central, na região do Jalapão. A escolha dessas emissoras buscou contemplar realidades regionais diversas, permitindo observar diferentes formas de atuação das rádios comunitárias no território tocantinense.

Como fonte complementar de informações, também foram utilizados dados do mapeamento realizado pelo Grupo de Pesquisa em Jornalismo e Multimídia (Nepjor), da Universidade Federal do Tocantins, além de dados demográficos do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, que auxiliaram na caracterização populacional dos municípios analisados e na compreensão do contexto social em que essas emissoras estão inseridas.

O processo de coleta de dados envolveu inicialmente a verificação da situação regulatória das emissoras, a partir de documentos oficiais e registros das associações, com o objetivo de identificar quais rádios possuíam concessão comunitária e estavam formalmente registradas. Posteriormente, buscou-se verificar a operacionalidade dessas emissoras, ou seja, se estavam efetivamente em funcionamento.

Após essa etapa, iniciou-se a coleta de informações referentes às programações das três rádios selecionadas. Para isso, foram consultadas as grades de programação disponíveis nos sites oficiais das emissoras e em seus perfis nas redes sociais. O acompanhamento das programações foi realizado por meio de observação sistemática em dias alternados e nos horários de maior circulação de notícias e conteúdos informativos. Durante esse processo, as informações observadas foram registradas e organizadas, permitindo posteriormente a sistematização e a análise dos dados coletados.

A análise dos dados foi conduzida a partir de uma abordagem qualitativa, buscando compreender as práticas comunicacionais presentes nas rádios comunitárias estudadas. A partir do mapeamento das emissoras e do acompanhamento de suas programações,

procurou-se identificar padrões de funcionamento, tipos de conteúdos veiculados e características que evidenciam o papel dessas rádios no contexto social e comunicacional do Tocantins.

A combinação entre levantamento documental e observação direta da programação permitiu construir um panorama mais amplo sobre a atuação das rádios comunitárias no estado. Essa estratégia possibilitou não apenas identificar a distribuição territorial dessas emissoras, mas também observar de que maneira elas se inserem nas dinâmicas comunicacionais locais, contribuindo para a circulação de informações, para a prestação de serviços à comunidade e para o fortalecimento de vínculos sociais.

Nesse percurso, a análise também buscou refletir sobre o papel social atribuído às rádios comunitárias em um contexto marcado pela concentração dos meios de comunicação e pela escassez de recursos financeiros destinados a iniciativas de comunicação local. Ao mapear e examinar as experiências dessas emissoras, procurou-se evidenciar como elas atuam na construção de espaços de comunicação voltados às necessidades das comunidades, muitas vezes funcionando como um dos poucos canais de informação e participação social em determinados municípios.

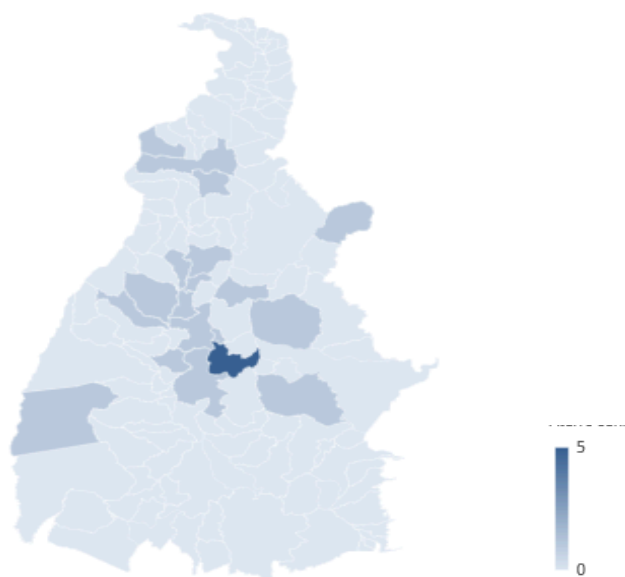
### **Distribuição Regional das Rádios Comunitárias**

Para fins analíticos, também se adotou uma divisão territorial do estado em três grandes áreas (Sul, Centro e Norte) baseada nas regiões geográficas intermediárias estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. As regiões intermediárias propostas pelo IBGE constituem um recorte territorial que leva em consideração dinâmicas urbanas, fluxos econômicos e relações de influência entre municípios, o que contribui para uma compreensão mais ampla das articulações regionais existentes no estado.

Assim, a utilização dessa divisão não apenas facilita a análise comparativa entre diferentes áreas do Tocantins, mas também permite identificar possíveis desigualdades na presença das rádios comunitárias, contribuindo para compreender como fatores territoriais, demográficos e socioeconômicos podem influenciar a distribuição dessas emissoras no estado.

O Tocantins conta com 43 rádios comunitárias distribuídas entre as três macrorregiões do estado: Sul, Centro e Norte. A distribuição dessas emissoras reflete desigualdades regionais, tanto em termos populacionais quanto econômicos.

Figura 09: Distribuição de rádios comunitárias no Tocantins.



Fonte: Elaborado pelo Nepjor/UFT.

O cenário midiático do Tocantins revela uma rede vital de 43 rádios comunitárias em atividade, distribuídas desigualmente pelo território: 17 na região Central, 16 no Norte e 9 no Sul. Essas emissoras estão presentes em 38 municípios, com destaque para Palmas, que concentra cinco delas. Cidades-polo como Araguaína, Gurupi e Porto Nacional também abrigam emissoras, mas a realidade é bem diferente na maioria dos municípios tocantinenses.

Em 27 cidades, a rádio comunitária é o único meio de comunicação local – e muitas vezes atende também a distritos e comunidades vizinhas. São municípios pequenos, como Luzinópolis (2.717 habitantes), onde a Rádio Luz ecoa pelo Bico do Papagaio. Também se destaca Mateiros (2.748 habitantes), com a Rádio Dunas no coração do Jalapão. Outro exemplo é Porto Alegre do Tocantins (2.866 habitantes), que sintoniza a Porto Alegre FM.

Nesses locais, de economia frágil e população reduzida, as rádios comerciais dificilmente se instalaram. Como observa Peruzzo (2024, p. 131), essas emissoras cumprem um papel que vai além do entretenimento, pois "prestam importantes serviços de informação, entretenimento, mobilização e conscientização, com inclinação ao trabalho de educação informal para a cidadania."

Na prática, as rádios comunitárias funcionam como verdadeiros pontos de encontro das comunidades. São espaços em que as vozes locais encontram lugar para se expressar, onde as histórias da região são contadas e em que as demandas da população ganham visibilidade. Mais do que simples emissoras de conteúdo, elas se tornam instrumentos de fortalecimento da cidadania, permitindo que moradores participem da construção da informação e se reconheçam nas narrativas que circulam no cotidiano da comunicação local.

No Tocantins, esse papel torna-se ainda mais evidente em regiões como o Jalapão, o Bico do Papagaio e o Sudeste do estado, onde muitas localidades estão distantes dos grandes centros urbanos e possuem acesso limitado a outros meios de comunicação. Nessas áreas, as rádios comunitárias cumprem uma função que ultrapassa o aspecto informativo: elas ajudam a manter vivos os vínculos sociais, reforçam o sentimento de pertencimento e contribuem para a preservação das tradições culturais e das identidades regionais. Ao dar espaço para a música local, para as festas populares, para as histórias da comunidade e para os debates sobre os problemas do cotidiano, essas emissoras constroem um ambiente comunicacional que valoriza a regionalidade e reconhece a diversidade cultural do Estado.

Dessa forma, as rádios comunitárias tornam-se importantes instrumentos de resistência e afirmação social. Elas aproximam as

peças, reduzem o isolamento de comunidades distantes e oferecem visibilidade a grupos e territórios que muitas vezes permanecem à margem da grande mídia. Nesse sentido, mais do que veículos de comunicação, essas rádios atuam como agentes de transformação social, demonstrando que a comunicação, quando produzida pela comunidade e voltada para suas próprias necessidades, pode contribuir de maneira significativa para a democratização da informação e para o fortalecimento das identidades locais.

### **Grandes regiões geográficas do Tocantins**

A região Sul concentra nove rádios comunitárias em municípios estratégicos, sendo a maioria localizada na região imediata de Gurupi, considerada um dos principais polos econômicos do Tocantins. Gurupi, devido à sua relevância econômica e densidade populacional, lidera em termos de número de emissoras, contando com três rádios comunitárias. Em contraste, a região imediata de Dianópolis, que abrange 14 municípios, possui apenas quatro rádios comunitárias em operação, demonstrando um desequilíbrio na cobertura comunicacional. Cidades como Almas e Porto Alegre do Tocantins, apesar de sua importância local, têm apenas uma rádio comunitária cada, limitando o alcance da comunicação comunitária em áreas mais remotas.

A região Central abriga 17 rádios comunitárias, sendo 10 delas concentradas na região intermediária de Palmas. A capital do estado destaca-se com cinco emissoras, evidenciando a concentração de meios de comunicação na área mais populosa e economicamente ativa. No entanto, essa concentração deixa algumas regiões imediatas com menor representatividade.

Por exemplo, Paraíso do Tocantins e Miracema do Tocantins contam com apenas uma rádio comunitária cada, enquanto municípios próximos não possuem nenhuma emissora desse tipo. Esse cenário evidencia que a presença das rádios comunitárias ocorre de forma irregular no território tocantinense. Assim, em muitos casos, municípios

e até distritos vizinhos acabam dependendo das poucas iniciativas existentes, o que limita o alcance da comunicação voltada às realidades locais.

A região Norte, que possui o maior número de municípios (60) e a maior população do estado, conta com apenas 16 rádios comunitárias, distribuídas de maneira desigual. A região imediata de Araguaína concentra seis dessas emissoras, enquanto a de Araguatins conta com apenas uma. Notavelmente, Colinas do Tocantins, apesar de sua importância como centro regional, não possui nenhuma rádio comunitária em operação, o que evidencia lacunas na cobertura comunicacional.

Essa ausência pode limitar os espaços de expressão comunitária, reduzir a circulação de informações locais e enfraquecer a presença de canais voltados à valorização da cultura e das demandas da população da região. Municípios menores, como Luzinópolis e Ananás, destacam-se por terem emissoras que são muitas vezes o único meio de comunicação acessível para as comunidades locais.

### **Concentração em Municípios Pequenos**

Uma característica marcante identificada no mapeamento é a concentração de rádios comunitárias em municípios com menos de 10 mil habitantes, que somam 22 das 43 emissoras do estado. Esses municípios, em sua maioria, dependem exclusivamente das rádios comunitárias para a difusão de informações, prestação de serviços públicos e promoção de iniciativas culturais e educacionais.

Exemplos notáveis incluem Luzinópolis, com 2.717 habitantes, onde a Rádio Luz desempenha um papel essencial na comunicação regional. Nesse contexto, a emissora atua como um canal de divulgação de informações locais, de prestação de serviços à comunidade e de valorização das manifestações culturais e das identidades do município, e Ananás, com 10.325 habitantes, que conta apenas com a Rádio Cidade FM como meio de comunicação.

No total, 27 municípios tocantinenses possuem apenas uma rádio comunitária em operação, o que ressalta sua relevância como o

principal — e muitas vezes único — veículo de comunicação local. Apesar disso, a maioria dos 111 municípios do Tocantins com menos de 10 mil habitantes não possui qualquer emissora de rádio comunitária ou outro veículo de comunicação, representando um grande desafio para a inclusão social e o fortalecimento da cidadania nesses locais. Diante desse cenário, políticas públicas de incentivo à comunicação comunitária, programas de apoio à criação de novas emissoras e iniciativas de capacitação para associações locais poderiam contribuir para ampliar o acesso à informação e fortalecer a comunicação regional nesses municípios.

### **Rádios comunitárias em territórios quilombolas**

No Tocantins, vivem 11.749 quilombolas, de acordo com o Censo Demográfico de 2022. Esse número coloca o estado como o segundo maior em população quilombola na Região Norte, atrás somente do Pará, e o 16º no Brasil. Em comparação, o Tocantins tem uma população total de 1.511.460 habitantes, sendo a quarta unidade federativa mais populosa do Norte e a 24º do país (IBGE, 2023).

Segundo o IBGE (2023), essas comunidades estão distribuídas em 88 localidades reconhecidas, espalhadas por 28 municípios. Esses territórios são formados por descendentes de africanos escravizados, que preservam suas próprias tradições, laços históricos com antigos quilombos e uma relação coletiva com a terra.

Os quilombos representam uma das mais importantes formas de resistência à escravidão, não apenas no Brasil, mas no mundo. Como destaca Moura (1988), onde havia escravidão, havia quilombos—e, como a escravidão marcou todo o território nacional, essas comunidades de resistência também estiveram presentes em todas as regiões.

Conforme Araújo e Peruzzo (2019), os territórios quilombolas foram fundamentais para manter viva a cultura africana no Brasil, servindo como espaços de luta pela liberdade, autonomia e organização comunitária. Além de preservarem tradições culturais, práticas

religiosas e formas próprias de organização social, esses territórios também se consolidaram como ambientes de fortalecimento da consciência coletiva e da formação cidadã, estimulando a participação comunitária, a valorização da identidade negra e a defesa de direitos sociais, culturais e territoriais.

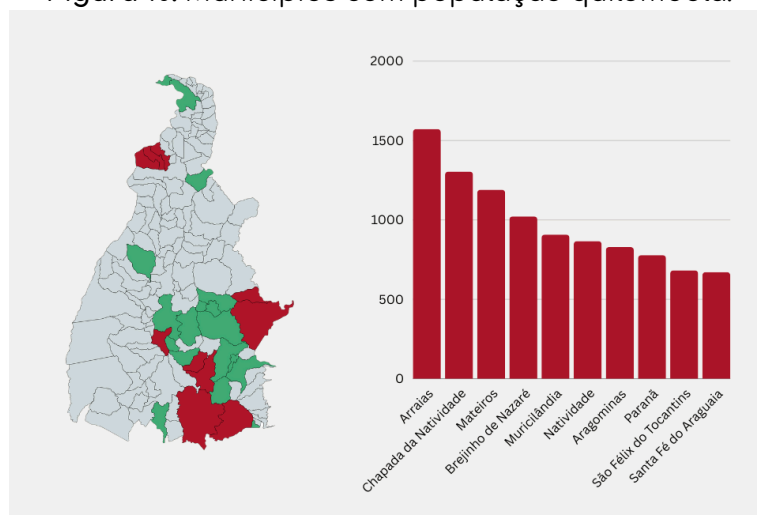
Já as rádios comunitárias têm um papel estratégico, garantido pela Lei n.º 9.612/1998. Elas atuam em caráter local, educativo e sem fins lucrativos, promovendo a cidadania, a cultura e a diversidade de ideias. Para Peruzzo (2025), essas emissoras são instrumentos essenciais da comunicação popular, funcionando como uma forma de resistência e expressão coletiva.

No Tocantins, enquanto Palmas concentra 20% da população e do PIB do estado, o interior abriga a maior parte das rádios comunitárias. Essa disparidade fica ainda mais evidente quando observamos os municípios com maior presença quilombola.

O Censo Quilombola (2022) e o Mapa da Mídia do Nejor/UFT mostram que, nessas localidades, há poucos veículos de comunicação, e as rádios comunitárias são, muitas vezes, a única fonte de informação local. Um exemplo é Mateiros, no Jalapão, onde vivem 1.190 quilombolas (43,3% da população), distribuídos em três comunidades: Mumbuca, Rio Novo e Prata.

Outros municípios com grande população quilombola no Tocantins incluem Chapada da Natividade, com 1.304 pessoas, o que representa 41,8% da população municipal; São Félix do Tocantins, com 682 pessoas (38,2%); Brejinho de Nazaré, com 1.022 pessoas (21,6%); e Santa Tereza do Tocantins, com 569 pessoas (20,4%). No entanto, apenas três desses municípios contam com rádios comunitárias ativas, sendo elas a Rádio Dunas FM 87,9, em Mateiros, a Rádio Hits FM 105,9, em Arraias, e a Rádio Porto Alegre FM, em Porto Alegre do Tocantins. Além desses, outras cidades com presença de comunidades quilombolas incluem Muricilândia, com 907 pessoas; Paranã, com 778; Santa Fé do Araguaia, com 671; e Santa Rosa do Tocantins, com 364, entre outras localidades do Estado.

Figura 10: Municípios com população quilombola.



Fonte: Produzido pelos autores a partir dos dados do IBGE (2022).

Dos 28 municípios com territórios quilombolas, apenas Porto Nacional, Dianópolis e Araguatins (centros regionais maiores) têm outros meios de comunicação além do rádio. Nos demais, 11 não possuem nenhum veículo local, enquanto 14 contam com emissoras de rádio, sendo 5 comerciais e 9 comunitárias.

Esse desequilíbrio na mídia revela desafios como a falta de políticas públicas para a comunicação popular e a carência de infraestrutura, especialmente em áreas mais isoladas. Ainda assim, esse cenário também mostra o potencial das rádios comunitárias e a necessidade de mais espaços para vozes locais.

As análises deste estudo destacam que as rádios comunitárias são vitais para os quilombolas no Tocantins. Elas não apenas preenchem a ausência de outros meios de comunicação, mas também fortalecem a identidade cultural e a resistência dessas comunidades. Em um contexto de desigualdades históricas e pouca atenção do poder público, valorizar essas emissoras é essencial para democratizar a informação e ampliar a participação social.

### **Estudo de caso comparativo**

Para complementar a pesquisa, realizamos ainda um estudo comparativo de três diferentes rádios comunitárias do Tocantins, com o

objetivo de compreender sua distribuição territorial, suas formas de funcionamento e seu papel social nas diferentes regiões do estado. Para realizar esse levantamento, foram consultadas diversas fontes institucionais e bases de dados, entre elas o banco oficial da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), os registros da Federação das Associações de Rádios Comunitárias do Estado do Tocantins (Farcom/TO) e informações disponibilizadas pela Secretaria da Comunicação do Estado (Secom/TO).

Também foram analisadas plataformas de streaming de rádio, como rádios.com e Tuneln, além dos perfis das emissoras nas redes sociais e registros públicos das associações responsáveis por sua gestão. Como apoio ao levantamento, foram utilizados ainda dados do mapeamento realizado pelo Grupo de Pesquisa em Jornalismo e Multimídia (Nepjor/UFT) e informações demográficas do Censo do IBGE de 2022.

O estudo consiste em uma análise comparativa entre três rádios comunitárias localizadas em diferentes regiões do Tocantins, com o objetivo de observar suas práticas de programação e sua relação com as comunidades locais. Foram selecionadas a Rádio Cidade FM 87,9, situada em Palmeirópolis, no sul do estado; a Rádio Dunas FM, localizada em Mateiros, na região do Jalapão; e a Rádio Top FM, instalada em Araguatins, no extremo norte do Tocantins, na região do Bico do Papagaio. A escolha dessas emissoras buscou contemplar realidades territoriais distintas e permitir uma análise comparativa das dinâmicas comunicacionais presentes em diferentes contextos regionais.

A coleta de dados foi realizada inicialmente por meio de levantamento documental, com o objetivo de identificar a situação regulatória das emissoras e verificar quais rádios possuíam concessão comunitária ativa. Em seguida, foi feita a verificação de operacionalidade das emissoras selecionadas, para confirmar se estavam efetivamente em funcionamento.

Após essa etapa, passou-se à análise das programações das três rádios, por meio da observação sistemática de suas grades divulgadas em sites oficiais e perfis em redes sociais. O monitoramento ocorreu em

dias alternados e em horários de maior circulação de informações, especialmente nos períodos destinados a conteúdos informativos e de prestação de serviços. As informações observadas foram registradas e posteriormente analisadas qualitativamente.

Os resultados indicam que as rádios comunitárias desempenham um papel relevante na circulação de informações e no fortalecimento da comunicação local, especialmente em municípios de pequeno porte ou em regiões com poucos veículos de mídia. Nas três emissoras analisadas, a programação é fortemente marcada por conteúdos musicais, intercalados com boletins informativos e mensagens da comunidade. Observou-se também a presença frequente de pílulas informativas produzidas pela Farcom, muitas delas relacionadas a ações do governo estadual, especialmente nas áreas de saúde, segurança e serviços públicos.

Apesar dessa predominância de conteúdos institucionais e musicais, as rádios analisadas demonstram uma importante função social. Em municípios como Palmeirópolis e Mateiros, por exemplo, onde há poucos ou nenhum outro meio de comunicação local, as rádios comunitárias tornam-se espaços de interação entre moradores, permitindo a circulação de recados, avisos e informações de interesse coletivo.

No caso da Rádio Dunas FM, localizada em Mateiros, essa função torna-se ainda mais significativa devido ao contexto geográfico do Jalapão, caracterizado por grande extensão territorial, baixa densidade populacional e escassez de meios de comunicação. Já a Rádio Top FM, em Araguatins, apresentou uma estrutura digital mais desenvolvida e maior produção de conteúdo informativo local, demonstrando maior inserção tecnológica e capacidade de atualização das notícias da região.

De modo geral, a pesquisa evidencia que o entretenimento, especialmente por meio da música, é uma característica marcante das rádios comunitárias analisadas, funcionando como elemento de aproximação com o público e de valorização das culturas regionais. Ao mesmo tempo, as emissoras também desempenham funções de utilidade pública ao divulgar campanhas de saúde, ações

governamentais, avisos comunitários e informações sobre serviços disponíveis à população.

Entretanto, o estudo também identificou desafios importantes. Entre eles, destacam-se a dependência de conteúdos institucionais, a limitada produção jornalística local e as dificuldades relacionadas à sustentabilidade financeira e estrutural dessas emissoras. A escassez de recursos, a dependência do trabalho voluntário e a falta de políticas públicas de incentivo acabam impactando diretamente a capacidade de produção de conteúdo próprio e a ampliação das atividades comunitárias das rádios.

Mesmo diante dessas limitações, as rádios comunitárias analisadas demonstram grande relevância social. Elas contribuem para o fortalecimento das identidades locais, para a circulação de informações de interesse público e para a construção de espaços de comunicação mais próximos das realidades das comunidades. Nesse sentido, o estudo reforça a importância dessas emissoras no cenário comunicacional tocantinense e destaca a necessidade de políticas e iniciativas que fortaleçam a comunicação comunitária como instrumento de participação social, inclusão informacional e valorização das culturas regionais.

### **Reflexões sobre os resultados**

Os dados levantados apontam para uma disparidade significativa na distribuição das rádios comunitárias no Tocantins, com maior concentração em municípios economicamente mais desenvolvidos e próximos aos centros regionais. Esse padrão reflete, em parte, as dificuldades de financiamento e infraestrutura enfrentadas por emissoras em áreas mais remotas, além da concentração histórica de políticas públicas e investimentos em regiões mais urbanizadas.

Por outro lado, a presença de rádios comunitárias em municípios pequenos destaca a importância dessas emissoras na promoção de uma comunicação inclusiva e acessível. Elas desempenham um papel crucial na disseminação de informações relevantes, na valorização das culturas locais e no fortalecimento da coesão social, especialmente em

comunidades rurais, indígenas e em localidades distantes dos grandes centros urbanos. Em muitos desses lugares, a rádio comunitária se torna um espaço fundamental de circulação de informações do cotidiano, de divulgação de serviços públicos e de valorização das expressões culturais da própria comunidade.

O estudo comparativo realizado com três emissoras — a Rádio Cidade FM 87,9, em Palmeirópolis; a Rádio Dunas FM, em Mateiros, na região do Jalapão; e a Rádio Top FM, em Araguatins, no Bico do Papagaio — reforça essa dimensão social das rádios comunitárias. Embora apresentem realidades estruturais distintas, as três emissoras demonstram uma forte presença de conteúdos musicais e informativos voltados ao cotidiano das comunidades. Observou-se também a veiculação de boletins e pílulas informativas produzidas pela Farcom/TO, além de avisos e mensagens comunitárias, o que evidencia a função dessas rádios como canais de utilidade pública e de articulação social. Ao mesmo tempo, a comparação revelou diferenças no grau de inserção digital e na produção de conteúdo local, com algumas emissoras apresentando maior presença em plataformas on-line e maior capacidade de atualização informativa.

Entretanto, a ausência de rádios comunitárias em muitos municípios menores revela uma lacuna preocupante no alcance da comunicação comunitária no estado. Essa falta de acesso à informação limita as possibilidades de mobilização social, o acesso a serviços públicos e o fortalecimento da cidadania em regiões mais isoladas. Em localidades com pouca presença de veículos de mídia, a inexistência de uma rádio comunitária representa também a perda de um importante espaço de expressão coletiva e de construção de identidades locais.

A expansão das rádios comunitárias para municípios ainda não atendidos representa, portanto, um desafio significativo, mas também uma oportunidade para promover a inclusão social e o desenvolvimento local. Investimentos em infraestrutura, capacitação de equipes e políticas públicas voltadas à comunicação comunitária são essenciais para ampliar a presença dessas emissoras no Tocantins e fortalecer seu papel social nas diferentes regiões do estado.

Além disso, é necessário considerar o impacto crescente das tecnologias digitais, que podem contribuir para ampliar o alcance das rádios comunitárias em regiões menos acessíveis. A integração das transmissões tradicionais com plataformas on-line e redes sociais pode permitir que essas emissoras dialoguem com públicos mais amplos, sem perder sua vocação local. Essa articulação entre comunicação territorial e presença digital pode fortalecer a identidade regional e ampliar a circulação de informações produzidas pelas próprias comunidades.

Os resultados obtidos reforçam a relevância das rádios comunitárias como um instrumento essencial para promover a democratização da comunicação e a inclusão social no Tocantins, mas também evidenciam a necessidade de políticas públicas mais abrangentes para reduzir as desigualdades regionais e expandir o acesso à comunicação comunitária em todo o estado. O levantamento mostrou, ainda, o papel essencial dessas emissoras, especialmente nas regiões menos povoadas, onde frequentemente constituem os únicos veículos de comunicação disponíveis, atendendo às necessidades locais tanto no fornecimento de informações de utilidade pública quanto na promoção da participação social e do sentimento de pertencimento comunitário.

# Capítulo 5

## Discussões e Perspectivas para as Rádios Comunitárias

Pensar as rádios comunitárias no Tocantins implica, antes de tudo, compreender a própria trajetória do rádio no Estado e sua relação com a história social e política da região. O rádio, mais do que um meio de comunicação, sempre foi um instrumento de aproximação entre pessoas, comunidades e territórios. Em regiões marcadas por grandes distâncias geográficas, baixa densidade populacional e limitações de infraestrutura, como ocorre em boa parte do Tocantins, o rádio assumiu historicamente uma função que vai além do entretenimento e da informação: tornou-se um elemento de integração social e territorial.

A trajetória das rádios no Tocantins está profundamente vinculada à sua história política e ao processo de construção da identidade regional. Ainda antes da emancipação do Estado, o rádio já operava como ferramenta de entretenimento, mas também de mobilização social e de articulação política em torno do seu projeto de criação. Um marco importante foi a criação, em 1969, da Rádio Difusora do Tocantins, no município de Porto Nacional. Operando em Ondas Médias, seu alcance chegava a cerca de 800 quilômetros, atingindo cidades como Araguaína. Sua programação, que mesclava música, programas de auditório e interação com o público, já indicava características que seriam consolidadas posteriormente nas rádios FM. Para além do entretenimento, a emissora desempenhou papel político relevante, sendo utilizada como instrumento de mobilização no movimento que culminaria na criação do estado, demonstrando como o rádio, desde sua origem regional, esteve associado não apenas à comunicação, mas também à organização social e política.

Na atualidade, as rádios permanecem presentes em todas as regiões tocantinenses, com forte atuação tanto na capital, Palmas, quanto nas maiores como Araguaína, Gurupi e Porto Nacional. No

entanto, é no interior que sua presença se mostra mais significativa, alcançando municípios e distritos distantes dos grandes centros urbanos. Dados do Mapa da Mídia do Nejor (2024) apontam a existência de cerca de 90 rádios distribuídas em 49 municípios, evidenciando a capilaridade desse meio de comunicação. Desse total, 42 são comunitárias, o que demonstra a relevância dessas emissoras no cenário midiático estadual, especialmente em localidades menos populosas e com menor presença de veículos comerciais.

As rádios comunitárias, que precisam ser operadas por associações e organizações sem fins lucrativos, têm como missão fortalecer a comunicação local, promover a inclusão social e dar visibilidade às vozes das comunidades. Sua programação costuma dialogar diretamente com a realidade local, permitindo a circulação de informações sobre eventos, serviços públicos, questões culturais, atividades religiosas, avisos comunitários e debates sobre problemas locais. Em muitos municípios, especialmente em áreas rurais, indígenas ou quilombolas, essas rádios representam o principal, sendo em muitos casos o único meio de comunicação acessível à população. Nesse sentido, desempenham um papel fundamental na circulação de informações de interesse público, na mobilização social e na construção de uma cidadania mais ativa.

Do ponto de vista teórico, a comunicação comunitária se diferencia da comunicação comercial por estar baseada na participação social, no interesse público e na construção coletiva da informação. Nessas experiências, o processo comunicacional não pode se resumir à transmissão de conteúdos, mas deveria envolver a participação da comunidade na produção, na gestão e na definição das pautas. A rádio comunitária, nesse contexto, precisa ser compreendida como um espaço de mediação social, em que se constroem identidades, pertencimentos e formas de organização comunitária. Assim, essas emissoras também são espaços de sociabilidade, de educação informal e de fortalecimento das culturas locais.

Diante desse cenário, as rádios comunitárias no Tocantins consolidam-se como instrumentos fundamentais para a preservação da cultura local, o fortalecimento das identidades regionais e a promoção de uma sociedade mais participativa. Contribuem para a circulação de informações, construção de pertencimentos e para o fortalecimento das comunidades locais. Pensar o futuro dessas rádios, portanto, é também pensar o futuro da comunicação local e das formas de participação social em territórios marcados por distâncias, diversidade cultural e forte identidade regional.

A análise realizada ao longo deste estudo permite compreender que as rádios comunitárias desempenham um papel potencialmente muito relevante no Tocantins, sobretudo em um estado marcado por grande extensão territorial, baixa densidade populacional e significativas desigualdades regionais. Em muitos municípios, especialmente nos de pequeno porte, essas emissoras representam muito mais do que um simples meio de comunicação. Elas podem se consolidar como espaços de circulação de informações locais, de fortalecimento da cidadania e de valorização das identidades culturais e sociais das comunidades que atendem. No entanto, esse papel não é automático nem garantido apenas pela existência da emissora, ele depende diretamente de como essas rádios são organizadas, geridas e utilizadas pelas comunidades.

Quando funcionam de forma participativa e voltadas para o interesse público, as rádios comunitárias podem se tornar espaços importantes de educação informal, de circulação de saberes locais e de construção de consciência cidadã. Nesse sentido, aproxima-se do que afirma Peruzzo (2024, p. 40), ao destacar que “a comunicação popular ajuda na emancipação dos oprimidos ao participar de todo um processo de educação para a cidadania por meio da educação não formal e educação informal”. As rádios comunitárias, quando efetivamente comunitárias, podem contribuir para esse processo ao divulgar informações de interesse coletivo, promover debates sobre problemas locais, divulgar direitos sociais, valorizar a cultura local e

permitir que diferentes grupos sociais tenham espaço de fala e representação. Contudo, é importante destacar que esse potencial emancipador não se concretiza automaticamente; ele depende da efetiva participação da comunidade, da autonomia da emissora e do compromisso com a comunicação pública e comunitária.

O mapeamento realizado evidencia que a distribuição das rádios comunitárias no Tocantins, ainda ocorre de maneira desigual. Regiões com maior dinamismo econômico e populacional concentram mais emissoras, enquanto áreas mais distantes dos principais centros regionais apresentam uma presença reduzida desses veículos. A região imediata de Gurupi, por exemplo, apresenta um número relativamente maior de rádios comunitárias em razão de sua importância econômica e demográfica, enquanto regiões como Dianópolis, que reúne 14 municípios, contam com um número bastante limitado de emissoras. Situação semelhante ocorre no Norte do Estado, onde Araguaína concentra parte significativa das rádios comunitárias, ao passo que municípios com relevância regional, como Colinas do Tocantins, não possuem nenhuma emissora comunitária em funcionamento.

Esses dados revelam que ainda existe uma lacuna importante no acesso à comunicação local em diversas áreas do Tocantins. Considerando que a maioria dos 139 municípios tocantinenses, a maioria das cidades com menos de 10 mil habitantes, não possui nenhuma rádio comunitária ou qualquer veículo de comunicação. O que é um contraponto ao que Miani (2017) apresenta sobre o estado do Paraná, que contava com rádios comunitárias em 73% dos municípios. Dentre os municípios tocantinenses que possuem rádios comunitárias, em 27 municípios elas são o único veículo de comunicação, o que reforça a responsabilidade dessas emissoras, em um estado com limitação de infraestrutura de comunicação. Essas realidades representam um desafio significativo para a democratização da comunicação e para o fortalecimento da participação cidadã nessas localidades.

Nesse contexto, as rádios comunitárias podem assumir um papel estratégico, especialmente em municípios pequenos e em regiões rurais, indígenas e quilombolas, onde muitas vezes não há jornais locais, emissoras de televisão ou portais de notícias estruturados. Nessas localidades, o rádio continua sendo um dos meios de comunicação mais acessíveis e de maior alcance. É o caso da rádio Dunas FM, em Mateiros, município a 311 km de Palmas, em uma região com poucos veículos de comunicação e com uma grande população quilombola.

No entanto, é necessário compreender que nem todas as rádios comunitárias conseguem cumprir plenamente esse papel social. Em alguns casos, essas emissoras enfrentam dificuldades financeiras, falta de formação técnica, baixa participação comunitária ou mesmo interferências políticas e religiosas que limitam sua atuação enquanto espaço plural de comunicação. Assim, o potencial das rádios comunitárias como instrumentos de educação informal, participação social e fortalecimento da cidadania existe, mas sua concretização depende das condições reais de funcionamento dessas emissoras e do nível de envolvimento da comunidade em sua gestão e programação.

Dessa forma, mais do que simplesmente mapear a existência de rádios comunitárias, torna-se importante refletir sobre sua efetividade enquanto espaços de comunicação comunitária. A presença de uma emissora em um município não significa, necessariamente, que a comunicação comunitária esteja plenamente consolidada naquele território. O desafio, portanto, não é apenas ampliar o número de rádios comunitárias, mas fortalecer sua atuação, garantir sua autonomia, ampliar a participação social e consolidar essas emissoras como espaços de comunicação pública local.

Assim, ao mesmo tempo em que o estudo evidencia a importância das rádios comunitárias no Tocantins, também aponta para a necessidade de fortalecer essas experiências, ampliando sua presença territorial e, principalmente, sua atuação comunitária efetiva. Somente dessa forma essas emissoras poderão cumprir plenamente o papel

social que lhes é atribuído e contribuir para que, de fato, para a democratização da comunicação, para a circulação de informações de interesse público e para a construção de cidadania nas diferentes regiões do estado.

O estudo comparativo realizado com três emissoras comunitárias localizadas em diferentes regiões do Tocantins contribuiu para aprofundar essa compreensão. A análise da Rádio Cidade FM 87,9, em Palmeirópolis, da Rádio Dunas FM, em Mateiros, e da Rádio Top FM, em Araguatins, mostrou que, mesmo com estruturas, recursos e contextos territoriais distintos, essas rádios desempenham funções sociais semelhantes. Suas programações são marcadas principalmente por conteúdos musicais, intercalados com boletins informativos, avisos comunitários, recados da população e pequenas inserções de informações de interesse público.

Em localidades como Mateiros, situada na região do Jalapão, a rádio assume um papel ainda mais estratégico, funcionando como um elo de comunicação em uma região com grande dispersão territorial e poucas alternativas midiáticas. Já em Araguatins, observou-se maior presença digital e maior atualização de conteúdos informativos locais, indicando diferentes níveis de inserção tecnológica entre as emissoras e diferentes possibilidades de circulação de informação.

Apesar dessas diferenças estruturais e tecnológicas, as três rádios analisadas demonstram como a comunicação comunitária pode contribuir para fortalecer vínculos sociais, facilitar a circulação de informações do cotidiano e criar espaços de interação entre a população e os comunicadores. Foi possível observar, por exemplo, a participação dos ouvintes por meio de mensagens, pedidos musicais, recados, avisos e interações com os apresentadores durante a programação. Essa participação, embora muitas vezes simples, demonstra que o rádio ainda funciona como um espaço de proximidade e de diálogo com a comunidade.

No entanto, apenas esse tipo de participação evidencia uma limitação importante: a participação da comunidade na programação. Observou-se a falta de indicativos de uma participação efetiva da população na produção de conteúdos, na definição de pautas, na gestão da emissora ou na construção coletiva da programação. Ou seja, existe alguma participação da sociedade, mas de forma limitada, que não atende à compreensão sobre rádios comunitárias no sentido mais amplo do conceito de comunicação popular, conforme enfatizado por Peruzzo (1998, 2016 e 2024).

A participação da comunidade pode ser encarada como uma questão central quando se discutem rádios comunitárias. Peruzzo (1998) destaca que o elemento que diferencia uma rádio comunitária de uma rádio comercial é principalmente o nível de participação da comunidade na produção e na gestão da comunicação. A autora (1998, p. 13) destaca que a dinâmica das rádios comunitárias daquele período (final do século XX) vinha servindo de “espaço para o aprendizado da cidadania”, justamente por proporcionar mecanismos para participação da sociedade nas diversas etapas do processo de comunicação, como também na gestão das emissoras, no planejamento e na produção de programas.

Esse tipo de participação não foi identificado na pesquisa geral de mapeamento das rádios comunitárias de todo o estado, bem como no estudo comparativo das programações das três rádios selecionadas: Rádio Cidade FM 87,9, em Palmeirópolis, Rádio Dunas FM, em Mateiros, e Rádio Top FM, em Araguatins. O que evidencia a limitação desses veículos, enquanto potenciais de produção de comunicação popular.

A comunicação comunitária pressupõe envolvimento coletivo, gestão participativa, pluralidade de vozes e compromisso com o interesse público local. Quando a participação se limita apenas ao envio de recados ou pedidos musicais, a rádio mantém um vínculo com a comunidade, mas ainda não atinge plenamente o potencial participativo e emancipador proposto pela comunicação comunitária.

Todavia, ao mesmo tempo em que o estudo evidencia limitações importantes no funcionamento das rádios comunitárias analisadas, também é necessário reconhecer o papel significativo que essas emissoras desempenham no Tocantins, especialmente quando se considera o contexto territorial e social do Estado. Peruzzo (2024) destaca que a comunicação comunitária também está profundamente ligada à ideia de proximidade, ou seja, à comunicação que se constrói dentro das próprias comunidades, a partir de suas realidades, identidades e necessidades. Nesse sentido, muitas rádios comunitárias tocantinenses cumprem um papel relevante, pois estão inseridas diretamente no cotidiano das comunidades e mantêm uma relação de proximidade com seus ouvintes.

Como destaca Peruzzo (2024, p. 129), trata-se de uma “comunicação comunitária de proximidade”, seja essa de base geográfica, que compartilha circunstâncias de vida em comunidade, ou por identidades culturais, histórica, linguística, étnicas etc. Assim, essa comunicação baseada em proximidade possui sua importância para mobilizar e inserir a sociedade nas lutas por conquistas de direitos de cidadania, por exemplo. Essa definição ajuda a compreender o papel que muitas rádios comunitárias desempenham em municípios pequenos do Tocantins, onde o rádio não é apenas um meio de comunicação, mas parte da própria vida comunitária.

O estudo mostrou que, nas emissoras analisadas, existe participação limitada da população, principalmente por meio de recados, mensagens, pedidos musicais, avisos comunitários e interações com os apresentadores. Por outro lado, essa participação demonstra a proximidade entre rádio e comunidade e reforça o caráter local dessas emissoras. Assim, podemos destacar que existe interação, mas nem sempre participação efetiva no sentido mais amplo da comunicação comunitária.

Essa questão é central quando se discute comunicação comunitária. Peruzzo (2024) destaca que a comunicação popular e comunitária está diretamente relacionada à participação social e à

construção de cidadania, sendo um processo coletivo e educativo. Nesse sentido, a rádio comunitária pode se tornar um espaço de formação social e política, desde que haja participação efetiva da população na produção da comunicação. Já Miani (2027) também ressalta que muitas rádios comunitárias acabam se afastando do ideal comunitário justamente pela baixa participação social, pela falta de organização coletiva ou pela apropriação dessas emissoras por grupos específicos, o que limita seu caráter comunitário e participativo.

Outro aspecto que apareceu de forma recorrente durante a pesquisa foi a presença de conteúdos institucionais e, em alguns casos, a influência política sobre as emissoras. Em cidades pequenas, onde as relações sociais e políticas são mais próximas, é comum que rádios comunitárias mantenham vínculos com grupos políticos locais, prefeituras ou lideranças regionais, seja por meio de apoio cultural, financiamento indireto ou participação de agentes políticos na programação. Essa interferência política não ocorre em todas as emissoras, mas, quando ocorre, pode comprometer a pluralidade de vozes e a autonomia da rádio enquanto espaço comunitário, aproximando-a mais de um veículo institucional do que de um espaço de comunicação comunitária.

Além dessas questões relacionadas à participação e à autonomia, o estudo também evidenciou desafios estruturais enfrentados por essas emissoras. Entre eles, destacam-se a limitação de recursos financeiros, a dependência do trabalho voluntário, a dificuldade de produzir conteúdo jornalístico próprio, a ausência de formação técnica específica para os comunicadores e a necessidade de conciliar a programação musical com conteúdos informativos e comunitários. Essas limitações demonstram a necessidade de maior apoio institucional e de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da comunicação comunitária, capazes de ampliar a formação técnica das equipes, garantir condições de funcionamento e incentivar a produção de conteúdos locais.

Outro aspecto relevante diz respeito às possibilidades abertas pelas tecnologias digitais. A presença em plataformas on-line e redes sociais pode ampliar o alcance das rádios comunitárias e fortalecer sua conexão com diferentes públicos, inclusive com moradores que migraram para outras regiões. Essa integração entre o rádio tradicional e os ambientes digitais tende a ampliar o potencial dessas emissoras como espaços de diálogo, circulação de informações e valorização das culturas locais, criando novas formas de interação entre rádio e comunidade.

Diante desse cenário, pode-se afirmar que as rádios comunitárias no Tocantins ocupam um lugar estratégico no fortalecimento da comunicação local e na construção de espaços de participação social, sobretudo em municípios pequenos e em localidades onde muitas vezes não existem jornais, televisão local ou portais de notícias estruturados. Em alguns municípios, como Mateiros, por exemplo, a rádio comunitária funciona praticamente como o único meio de comunicação local, em uma região de baixa densidade populacional e com presença significativa de comunidades tradicionais, como comunidades quilombolas. Nessas localidades, a rádio assume um papel que vai além da comunicação: ela informa, conecta pessoas, divulga serviços, comunica acontecimentos locais e ajuda a manter os vínculos sociais e culturais da comunidade, ainda que apresente uma participação limitada.

Assim, o estudo mostra que as rádios comunitárias no Tocantins são, ao mesmo tempo, fundamentais e limitadas. Fundamentais porque muitas vezes são o único meio de comunicação local e porque mantêm uma comunicação de proximidade com a comunidade. Limitadas porque ainda enfrentam dificuldades estruturais, interferências políticas e, principalmente, porque a participação efetiva da população na produção da comunicação ainda é restrita em muitas emissoras. O grande desafio, portanto, não é apenas ampliar o número de rádios comunitárias, mas fortalecer sua atuação comunitária, ampliar a

participação social, diversificar os conteúdos e garantir maior autonomia dessas emissoras.

Somente dessa forma as rádios comunitárias poderão cumprir plenamente seu papel social e contribuir, de fato, para a democratização da comunicação, para a circulação de informações de interesse público e para a construção de cidadania nas diferentes regiões do Tocantins. No entanto, mais do que encerrar a discussão apontando apenas limites e desafios, é importante olhar também para o cenário de possibilidades que se apresenta para a comunicação comunitária no estado.

O Tocantins ainda possui um grande número de municípios sem qualquer rádio comunitária ou outro veículo de comunicação, o que indica que existe um amplo espaço para a expansão dessas emissoras no âmbito local. Em muitas dessas localidades, especialmente nos municípios pequenos e em regiões rurais, indígenas e quilombolas, a criação de rádios comunitárias pode representar não apenas a implantação de um meio de comunicação, mas a criação de um espaço público local de diálogo, informação e organização social.

Nesse sentido, o fortalecimento das rádios comunitárias no Tocantins passa não apenas pela abertura de novas emissoras, mas também pela mobilização social nas próprias comunidades. Associações comunitárias, movimentos sociais, organizações culturais, sindicatos, associações quilombolas, indígenas e de moradores podem desempenhar um papel fundamental na criação, gestão e fortalecimento dessas emissoras. Quanto maior for a participação social na gestão e na produção de conteúdos, maior será o potencial dessas rádios de se tornarem, de fato, instrumentos de comunicação popular e comunitária.

As rádios comunitárias podem se transformar em espaços de formação, de circulação de saberes locais, de valorização cultural, de debate público e de organização comunitária. Podem contribuir para divulgar direitos sociais, políticas públicas, informações sobre saúde,

educação, agricultura, cultura e cidadania, além de fortalecer identidades locais e regionais. Em um Estado com grandes distâncias e muitas pequenas cidades, o rádio continua sendo uma tecnologia simples, acessível e extremamente potente para a comunicação local.

Assim, o futuro das rádios comunitárias no Tocantins depende, em grande medida, da organização das próprias comunidades, do fortalecimento das associações locais, do apoio de universidades, movimentos sociais e políticas públicas voltadas para a comunicação comunitária. Se houver mobilização social, formação técnica e fortalecimento institucional, as rádios comunitárias podem ampliar sua presença territorial e, principalmente, ampliar sua participação social, tornando-se espaços efetivos de comunicação popular.

Dessa forma, mais do que apenas veículos de comunicação, as rádios comunitárias podem se consolidar como espaços de participação social, de educação informal, de fortalecimento cultural e de construção de cidadania. Em um estado jovem, territorialmente extenso e socialmente diverso como o Tocantins, a expansão e o fortalecimento das rádios comunitárias representam não apenas o crescimento de um meio de comunicação, mas a possibilidade de ampliar vozes, fortalecer comunidades e construir formas mais democráticas de comunicação e participação social.

## Referências

- ARAUJO, V.T. e Peruzzo, C.M.K. 2019. Comunicação Popular e Comunidades Quilombolas. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 11, N. 29, 2019.
- ARAÚJO, Valmir Teixeira de. *O que é a imprensa negra? Diálogos sobre comunicação e negritude no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2021.
- BERTI, Orlando Maurício de Carvalho. Fazer mídia sonora na região sertaneja brasileira: ações, debates e reflexões após o 1º Encontro Regional de Rádios Comunitárias do Sertão do Piauí. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 40., Curitiba, 2017. Anais [...]. São Paulo: Intercom, 2017.
- BRASIL. Lei n.º 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 20 fev. 1998.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5.º ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.
- CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil. O longo caminho*. 3.º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil. O longo caminho*. 3.º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 71.º ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, [1968] 2019.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010: resultados gerais da população. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2022: resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>
- MARSHALL, T. H. (1967), “Cidadania e classe social”. In: \_\_\_\_\_, *Cidadania, classe social, estatus*, Rio de Janeiro, Zahar, pp. 57-114.

MIANI, Rozinaldo Antonio. Rádios comunitárias e poder local no Paraná. *Ação Midiática*, Curitiba, n. 13, jan./jun. 2017.

PERUZZO, C. M. K.. Participação nas rádios comunitárias no Brasil. In: MARQUES DE MELO, J.; CASTELO BRANCO, S. (Org.). *Pensamento Comunicacional Brasileiro*. São Paulo: Unesco/Umesp, 1998, v. , p. 405-423.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. *Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor*. *Palavra Clave*, Cundinamarca, v. 11, n. 2, p. 367-379, 2008.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Movimentos sociais, cidadania e o direito à comunicação comunitária nas políticas públicas. *Revista Fronteiras*, vol. 11, n.º 1. 2009.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. *Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania*. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, São Paulo, ano 2, n. 3, p. 18-41, jul./dez. 2005.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. *La comunicación en los movimientos sociales y el derecho a la comunicación: señales de un derecho de ciudadanía de quinta generación*. *Commons: Revista de Comunicación y Ciudadanía Digital*, v. 5, n. 2, p. 8-36, 2016.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. *Fundamentos teóricos da comunicação popular, comunitária e alternativa*. Vitória: Edufes, 2024. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/17463>

ROCHA, Liana Vidigal; SOARES, Sérgio Ricardo; ARAÚJO, Valmir Teixeira. Abrangências locais no jornalismo online do Tocantins. *Comunicação & Inovação (Online)*, v. 15, p. 171-185, 2014.

ROCHA, L. V. ; SOUZA, S. M. B. ; ALVES, Y. M. Mapa da mídia no Tocantins: levantamento dos veículos entre 2016 e 2020. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, v. 1, p. 127-147, 2020.

TOCANTINS. Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS. Levantamento sobre visitação no Parque Estadual do Jalapão referente ao ano de 2023. Gerência das Unidades de Conserva o. Palmas: Naturatins, 2024.

VIEIRA, Liszt. *Cidadania e globaliza o*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.



## **Agradecimento**

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Tocantins (FAPT) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio da Chamada FAPT/CNPq nº 01/2022 – Programa de Apoio à Fixação de Jovens Doutores no Tocantins, pelo apoio financeiro concedido na modalidade PDJ. Este financiamento foi fundamental e viabilizou a produção deste livro, no âmbito do estágio pós-doutoral realizado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins (PPGCOM/UFT).

## **Sobre os organizadores**

### **VALMIR TEIXEIRA DE ARAÚJO**

Jornalista graduado pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), possui mestrado em Desenvolvimento Regional pela mesma instituição e doutorado em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp). Realizou estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCom/UFT), como bolsista do Programa de Jovens Doutores no Tocantins (FAPT/CNPq). É professor do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCom) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), além de líder do GECORI (Grupo de Estudos em Comunicação Regional e Interseccionalidades). E-mail: [valmircomunica@gmail.com](mailto:valmircomunica@gmail.com).

### **LIANA VIDIGAL ROCHA**

Jornalista formada pela Universidade Federal do Espírito Santo (1996). Possui mestrado, doutorado e pós-doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo. É professora associada na Universidade Federal do Tocantins, atuando no curso de Jornalismo e no mestrado em Comunicação e Sociedade. Lidera o Grupo de Pesquisa em Jornalismo e Multimídia (CNPq/UFT) desde maio de 2009. E-mail: [lianavidigal@mail.uft.edu.br](mailto:lianavidigal@mail.uft.edu.br).

Título	Mapeamento das Rádios Comunitárias do Tocantins
Organizadores	Valmir Araújo de Teixeira Liana Vidigal Rocha
Formato	E-Book (PDF)
Tipografia	Comfortaa (texto), Squada One e Noto Sans Devanagari (títulos)

